

----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALVALADE,  
REALIZADA NO DIA OITO DE ABRIL DE DOIS MIL E QUINZE -----

----- **ATA NÚMERO ONZE** -----

----- (Mandato 2013-2017) -----

----- Aos oito dias do mês de abril de dois mil e quinze reuniu na sua Sede, sita na Rua Conde de Arnoso número cinco-A, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Luís Filipe Nunes Coimbra Nazaré, coadjuvado por José Alberto da Conceição Reis, Primeiro Secretário. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS):** – Joana Vanessa Henriques Medeiro, Mário Joaquim Gomes Branco, Maria Cristina Alves Campos, António Diogo de Carvalho Gongó Carvalheda, Maria da Luz Bastos Gonçalves Martins e José Maria Lucas da Silva. -----

----- **Do Partido Social-Democrata (PSD):** – Armando Dias Estácio, Valdemar António Fernandes Abreu Salgado, Diogo Vasco Gonçalves Nunes de Bastos, Maria Manuela Silva Correia de Brito e Nunes Santos, Francisco Luís Ferreira Bento, Maria Manuela Roque Rodrigues Barros Maia e Tiago da Mota Veiga Moreira de Sá. -----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP):** – Pedro Miguel Gomes Bastos e Aquino José Mário de Noronha. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE):** João Luís Lima de Morais. -----

----- **Do Centro Democrático Social-Partido Popular (CDS-PP):** José Lima Andrade dos Santos Correia. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- Margarida Alexandre Nascimento Afonso, que justificou a sua ausência e foi substituída por Maria da Luz Martins. -----

----- Mário Peixoto Reis Costa, que justificou a sua ausência e foi substituído por José Lucas da Silva. -----

----- Mariana Raquel Aguiar Mendes Teixeira, que justificou a sua ausência e foi substituída por Maria Manuela Maia. -----

----- Joaquim Maria Fernandes Marques, que justificou a sua ausência e foi substituído por Tiago Moreira de Sá. -----

----- Às vinte e uma horas e quinze minutos, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **Freguesa Ana Cristina** fez uma intervenção fora do microfone, que não ficou registada. -----

----- **Freguesa Isabel Gomes** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu venho mais uma vez falar na Rua Infante Dom Pedro, não pode ser de outra forma. As obras ainda não terminaram e existem dois ou três problemas que me parecem urgentes serem tratados. Um deles é a iluminação, eu ontem estive lá com um luxímetro e junto aos candeeiros não atinge mais do que 25. Portanto, dá ideia que os candeeiros ou não estão colocados como deve de ser, são altos de mais talvez, a luz chega muito difusa cá abaixo. -----

----- Eu já vi em outros pontos da cidade, em que efetivamente tem aquela luz e a meio do candeeiro tem outra lâmpada em sentido contrário, o que dá mais iluminação. -----

----- Outro problema é que com a saída dos candeeiros antigos retiraram os caixotes do lixo e agora não há, o lixo fica espalhado pelo chão. Era urgente que colocassem as papeleiras que existiam no mesmo local onde estavam. -----

----- Levantámos aqui numa das últimas reuniões o problema da PT e dos ares condicionados. Dois dias depois estiveram a reparar o passeio mas neste momento, se

forem lá, já está exatamente da mesma forma. Eu penso que depois do dinheiro que se gastou ali valia a pena chamar à atenção da PT no sentido de que não pode estragar o passeio. -----

----- O local onde era o espaço da Santa Casa da Misericórdia do **Sardoal**, eu espero que não vá ficar ali um estaleiro, tenho tanto medo dos estaleiros na Cidade de Lisboa. Tivemos um na Praça de Alvalade, não sei se ainda lá está mas penso que neste momento já não, agora aquele ali eu só espero que não fique eternamente, que limpem aquilo e não sirva de estaleiro para o resto da vida.” -----

----- **Freguês Pedro Aparício** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu já há cerca de um ano que não venho a esta casa. Infelizmente não tenho vindo participar, mas felizmente as razões são muito boas, a questão da paternidade. -----

----- Há já algum tempo que não participo nesta nossa Assembleia de Freguesia, mais propriamente desde Abril de 2014, não por descurar o papel que esta reunião tem, mas antes pela felicidade de ter alargado o âmbito do meu projeto pessoal de vida. É curioso o facto de poder novamente saudar-vos no espírito de Abril, onde todos somos chamados à liberdade de participação, mas também ao dever de colaboração. -----

----- Começaria por partilhar convosco que sei da ordem de trabalhos extensa para hoje, tentei economizar tempo através da organização por assuntos que gostava de partilhar hoje convosco. -----

----- a) Comunicação com os fregueses. -----

----- Com a eleição do passado 29 de Setembro de 2013, a nossa Freguesia tem vivido uma progressiva ampliação das suas competências e responsabilidades, acreditando que também os meios humanos, materiais e financeiros acompanhem essas novas funções.

----- Fico preocupado como passado cerca de um ano e meio desta ampliação a comunicação com os fregueses esteja descurada no que diz respeito à presença na internet, nomeadamente através de um sítio oficial de internet. Recebi nesta mesma Assembleia informação, há algumas sessões atrás, informação de que o processo estaria pendente para definição do novo logotipo e que estaria aí a origem da questão da versão “em construção” que atualmente temos disponível. -----

----- Bem sei que a política de uma presença através das redes sociais mais populares é uma estratégia de baixo custo e alto impacto, mas peca por não servir o propósito de repositório, fidelidade informativa e disponibilização de informação de carácter oficial como por exemplo: as propostas discutidas nesta Assembleia, atas das reuniões, regulamentos aprovados entre outros. -----

----- b) Obra Zona 30 – Estacas. -----

----- Era bom que o assunto estivesse ainda presente na vossa memória, evitaria uma repetição de muita informação partilhada convosco nesta Assembleia, assim como uma vasta quantidade de informação disponibilizada à Câmara Municipal de Lisboa e com conhecimento da nossa Freguesia de Alvalade. -----

----- Partilho hoje convosco, de forma resumida, o descontentamento no alheamento dos agentes autárquicos na concretização desta obra. Notando que o projeto partilhado não corresponde ao implantado, assim como algumas das soluções que foram implantadas no terreno pecam por falha no rigor. Observo isto como um desperdício público. -----

----- Relembro-vos que ainda hoje podemos ver alguns exemplos: -----

----- A sobrelevação instalada no cruzamento da Av. Frei Miguel Contreiras e Rua Bulhão Pato com um ressalto excessivo; -----

----- A sinalética no cruzamento da Rua Guilhermina Suggia e Av. Frei Miguel Contreiras não se encontra concordante no que diz respeito aos limites máximos de velocidade de circulação automóvel; -----

----- O “mobiliário urbano Arte Pública: Porta de Entrada 30; Banco Flor” não se encontram implantados nos locais previstos; -----

----- Continuamos a não ver devolvidos os lugares de estacionamento que foram subtraídos por esta obra, sendo motivo suficiente para considerarmos como não cumpridos os designios do próprio projeto; -----

----- A sinalética referente à alteração do sentido de trânsito na Rua Antero de Figueiredo, vandalizados e a opção pela sua não reposição para não ferir a agradabilidade desta medida perante os fregueses, sabendo que foi repostos esta semana o mesmo sinal, embora não seja visível no sentido que devia ser visível; -----

----- A passadeira frente à Escola Básica 101 - Teixeira de Pascoais situada na esquina, apesar de ter sido concretizada a sobrelevação da zona em frente à entrada principal da escola; -----

----- Obviamente que também não posso ser indiferente a um ato que acho que é de saudar por iniciativa da Junta de Freguesia. Não podemos sempre vir a este espaço exclusivamente com a ideia de ‘bater no ceguinho’, perdoem-me a expressão: -----

----- c) Certificação ISO 9001:2008 - Serviço de Higiene Urbana da JF Alvalade. -----

----- Tive acesso ao comunicado do passado dia 3 de Fevereiro remetido à imprensa pela nossa Junta de Freguesia de Alvalade. Não posso deixar de saudar-vos pela iniciativa e pela concretização, tanto mais que é agora colocado ao serviço de todos nós um sistema de gestão da qualidade, assente num princípio da aplicação voluntária e baseado na NP ISO 9001:2008 — Sistemas de Gestão da Qualidade”. -----

----- Fico na expectativa de procedermos à integração dos demais serviços neste mesmo sistema, utilizando em pleno esta ferramenta de gestão nas várias frentes de trabalho e garantindo a certificação da própria Junta de Freguesia e não apenas do serviço em questão. -----

----- d) Brincadeira de crianças — Espaços de jogo e recreio. -----

----- Constatei há alguns dias que houve intervenção da nossa Junta de Freguesia de Alvalade — Divisão de Espaço Público e Equipamentos no parque infantil implantado no espaço do Bairro das Estacas, precisamente entre a Rua Pedro Ivo e a Rua Teixeira de Pascoais. -----

----- Presumo que seja parte das competências transitadas da Câmara Municipal de Lisboa para as Juntas de Freguesia, mas é apenas uma presunção que pode ser infundada e agradeço a vossa correção caso seja necessária. -----

----- Optaram os serviços da nossa Junta de Freguesia por publicitar o encerramento temporário, mas julgo que esta ação lesa o superior interesse de qualquer criança, o seu direito a brincar e a usufruir em pleno do próprio espaço público, principalmente sabendo que se trata de um espaço de jogo e recreio, vulgo Parque infantil. -----

----- Neste caso concreto podemos observar que a opção da Junta de Freguesia de Alvalade foi substituir a placa da entrada deste parque, onde estavam inscritos os responsáveis pelo equipamento, contactos de urgência e demais informações obrigatórias inscritas ao abrigo do artigo 13º do DL 119/2009, de 19 de Maio. -----

----- Esta medida não produz efeitos concretos, tanto é que a porta de acesso continua aberta como sempre e apenas permite saber que a autarquia se desresponsabiliza por qualquer acontecimento adverso - exclusivamente por meio de uma placa que parece sugerir ser provisoriamente definitiva. -----

----- Permitam-me que vos diga frontalmente que esta ação não foi a mais correta. Desde logo reconheço que o parque apresenta evidentes situações que apontam para uma intervenção com caráter de urgência. É notório o avançado estado de degradação, assim como acredito um conjunto de não conformidades impercíveis aos utilizadores e colocam em risco a segurança das crianças que ali continuam brincando diariamente. -

----- Atendem que o artigo invocado para este encerramento (nº 6 do artigo 339 do DL 379/97, de 27 de Dezembro) remete o dever de comunicação à responsabilidade da entidade fiscalizadora — no caso a Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica (ASAE), embora também se refira um ato anual remetido à responsabilidade da Câmara Municipal e ASAE, não terá existido aqui uma má interpretação da legislação vigente? -----

----- Deixo-vos apenas duas perguntas:-----

----- a) Havendo a informação de que se trata de um encerramento temporário já existe um plano de intervenção nestes equipamentos, assim como a planificação de manutenção corretiva, implementação de um programa de manutenção preventiva, atualização do livro de manutenções, respetivos certificados de conformidade e demais questões que permitem garantir as obrigações gerais de segurança deste espaço? -----

----- b) Irá a nossa Junta de Freguesia proceder de forma igual em todos os espaços de jogo e recreio da nossa freguesia procedendo ao seu encerramento temporário? -----

----- Partilho convosco que os equipamentos instalados na Av. EUA, nos Coruchéus e no Bairro da Boa Esperança têm deficiências ainda mais evidentes do que o equipamento em causa, notando que no Bairro da Liberdade tem inclusive um dos baloiços partidos. -----

----- Despeço-me com os habituais votos de continuação de um bom mandato, sabendo que a construção conjunta enriquece-nos muito mais do que a simples disputa de visões.” -----

----- **Freguês Eduardo Peres** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu sei que há uma longa lista da ordem de trabalhos, mas vou só fazer uma pequena pergunta ao Senhor Presidente da Junta no sentido de ele me poder esclarecer.

----- Fui apanhado um bocado de surpresa, porque não tinha conhecimento de nada, assim como outras pessoas que estavam comigo, em que visavam o encerramento da Avenida da Igreja. -----

----- Fiquei um bocado surpreendido, não sei se a situação é verdadeira ou não, mas gostaria que me elucidasse sobre essa situação.” -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que iria procurar com a síntese necessária à continuidade dos trabalhos, mas sem prejudicar as expetativas do público que tivera a gentileza e o fervor de cidadão de se juntar à Assembleia numa noite chuvosa. Mereciam todos uma resposta cabal, embora não garantisse que fosse aquela que queriam ouvir, mas procuraria dirigir-se a todas as questões levantadas. -----

----- Em primeiro lugar cumprimentava a primeira freguesa que tinha usado da palavra. Efetivamente a intervenção na Avenida Rio de Janeiro resultara de um volume extraordinário de reclamações que a Câmara Municipal de Lisboa já recebia quando tinha competências de manutenção de arvoredo e que a Junta de Freguesia na última primavera/verão também tinha acumulado. Dera origem a uma avaliação técnica, à discussão pública com os moradores daquela zona, em especial dos condomínios que tinham feito chegar essas reclamações, mas também aqueles que com os *flyers* colocados nas caixas do correio decidiram comparecer para discutir um problema que lhes era mais especificamente dirigido e que, sem qualquer espécie de oposição, dera origem a uma programação que passara por substituir, a freguesa usara o verbo abater mas preferia o substituir, porque era do que se tratara. -----

----- Num primeiro momento tinha havido o transplante de um conjunto de árvores para espaços ajardinados, havia 11 nogueiras que sobreviveram e que foram colocadas algumas na Avenida dos Estados Unidos, outras junto ao Bairro FONSECAS e Calçada, porque em espaços ajardinados se esperava que não estando tão expostas a poluição atmosférica conseguissem defender-se melhor do inseto que as agredia e, portanto,

terem melhores condições para sobreviver. Outras, devido ao seu porte, tiveram que ser abatidas e já foram todas integralmente substituídas por novas espécies em relação às quais havia expectativa de terem melhores condições para subsistir numa via de grande circulação automóvel como a Avenida do Rio de Janeiro.-----

----- Faltava ainda concluir a questão das caldeiras, porque era preciso durante o período de rega inicial dessas novas árvores que a terra assentasse, para não assentar depois de já estarem colocadas as pedras, o que faria com que a própria caldeira depois abatesse. Era suposto terem começado os trabalhos nessa manhã, mas as condições climáticas não foram as melhores. A muito breve prazo seria concluída essa intervenção, esse passo adicional, e teriam arvoredo em melhores condições na Avenida do Rio de Janeiro.-----

----- A expectativa era que as novas árvores escolhidas tivessem um melhor comportamento, mas o arvoredo em contexto urbano, uma vez que não era o seu contexto natural, tinha um comportamento razoavelmente imprevisível e, portanto, ainda levaria uns anos até que essas árvores tivessem dimensão para poderem ter a certeza se iam portar bem ou não. Era uma discussão que ficava mais para a frente.----

----- Quanto ao estacionamento, estava parcialmente de acordo. Aquilo que a Junta tinha defendido publicamente e que defendia junto da EMEL era que o estacionamento diante do INATEL fosse um estacionamento exclusivo a residentes, porque o problema da pressão do estacionamento nessa artéria tinha a ver com a circunstância de o horário de pico de utilização daquele equipamento ser já fora do horário de tarifação e fiscalização por parte da EMEL e, portanto, não havia lugares suficientes para todos os utilizadores e residentes que àquela hora confluíam para o mesmo espaço.-----

----- A crescer a isso, as transversais estavam fora da zona de concessão da EMEL. O bairro das vivendas todo que ficava traseiro a esses prédios da Avenida do Rio de Janeiro estava fora da área de concessão da EMEL e também tinha manifestado disponibilidade no seio da Assembleia Municipal no sentido de alterar a área de concessão que a EMEL dispunha no momento para poder reservar todo esse bairro a residentes. Não era um bairro que se prestasse a estacionamento de rotação, ser tarifado era absolutamente inútil e, portanto, ser um espaço de estacionamento exclusivo para residentes, mas o resto da Avenida do Rio de Janeiro ser um estacionamento de rotação, por causa do comércio da Avenida da Igreja e acima de tudo por causa da restauração.

----- A Junta concordara que temporariamente se fizesse a intervenção que tinha assinalado, de reservar a residentes aquele troço de estacionamento, mas era exclusivamente por uma razão, porque havia vandalismo do parquímetro instalado naquela zona, de tal maneira que a EMEL transmitia que não conseguia manter aquele parquímetro em funcionamento mais do que 24 horas seguidas. Portanto, temporariamente colocava-se o estacionamento para residentes, de modo a que o vândalo não identificado percebesse que havia uma solução para obstar ao seu propósito, que era o de manter estacionamento de rotação ou estacionamento de permanência de outra ordem, que não era feito pelos próprios utilizadores dos automóveis, era feito por outro tipo de pessoas e entidades com relação ao automóvel mas que não eram os seus condutores.-----

----- A ideia era que se revertesse a situação à tarifação daquele troço, de outra maneira o Tico-Tico iria ter graves problemas do ponto de vista da afluência aos almoços, porque havia uma fiscalização muito intensa. A Junta já tivera oportunidade de receber representantes do Tico-Tico, que manifestaram isso e tinham escrito à EMEL no mesmo sentido. Esse troço tinha que ser revertido outra vez para o estacionamento de rotação, mas mudando mais à frente, na zona especificamente habitacional e onde a pressão do

estacionamento era gerada pelo INATEL, uma fiada de prédios do outro lado da rua que tivessem estacionamento exclusivo para residentes. -----

----- Já tinha transmitido ao novo Presidente da EMEL, recém-empossado. Admitia que ele tivesse ainda que tomar um contacto mais aprofundado com os diferentes dossiers, mas estava marcada uma visita à Freguesia com o Senhor Presidente da EMEL a muito breve prazo e esse era um dos temas na agenda, como outros relativos à EMEL, como por exemplo o problema do estacionamento no Bairro das Caixas e por aí fora, que eram processos que estavam em diálogo com o anterior Presidente do Conselho de Administração e que, em virtude da sua demissão do cargo, aguardavam um posicionamento do novo Presidente, sendo que a posição da Junta de Freguesia não tinha mudado e era essa. Defendia que o bairro das vivendas devia ser exclusivo para residentes e que o troço da Avenida do Rio de Janeiro em frente ao INATEL devia ser exclusivo para residentes, mas que o restante da Avenida do Rio de Janeiro devia ser estacionamento tarifado de rotação. -----

----- Respondendo à freguesa Isabel Gomes, tomava muito boa nota das questões específicas que assinalara. A informação que tinha era que a obra da Rua Infante Dom Pedro seria concluída até ao final do mês, sem prejuízo de um ou outro pequeno trabalho que tivesse que suceder à receção provisória da obra. Não se comprometia com esse prazo, a Junta não controlava essa obra, não era dona da obra, o projeto não era da Junta. Era a informação de que dispunha e o que se conseguira fazer durante esse caminho era ter acesso a relatórios semanais da fiscalização de obra, acompanhando a par e passo a evolução. -----

----- Iria tomar nota das questões que tinham sido apontadas, relativas à quantidade de iluminação, à questão da reposição das papeleiras e da reparação dos pavimentos pedonais diante da PT e da questão junto dessa entidade a propósito dos seus ares condicionados, no sentido de continuar a melhorar a abordagem desse problema. -----

----- Quanto ao freguês Pedro Aparício, cumprimentá-lo e felicitá-lo por ter acrescentado uma cidadã à Freguesia de Alvalade e desejar as boas vindas no regresso às suas intervenções na Assembleia de Freguesia. O afastamento tinha-o desatualizado do ponto de vista da informação que fora sendo levada à Assembleia e tinha todo o gosto em dizer-lhe duas palavras sobre esses assuntos. -----

----- Quanto à comunicação, tinham tido efetivamente um procedimento aprovado na Assembleia para adquirir serviços de construção de um sistema de gestão documental associado a uma plataforma de site que permitia alguns elementos de *e-government* e, como já tinha transmitido, esse processo correria mal, acabando a Junta por denunciar o contrato com o prestador que tinha sido contratado e aguardar pela entrada em vigor do Orçamento para 2015 com uma autorização para a assunção de compromissos plurianuais que permitisse reiniciar esse processo e voltar ao mercado. -----

----- Assim se tinha feito, tinham esse levantamento pronto mas entretanto entrara em vigor, aprovado recentemente, um novo Código do Procedimento Administrativo que, e bem, tinha algumas determinações a propósito desses aspetos que o freguês salientara, da comunicação das entidades públicas do ponto de vista da estruturação do seu processo de decisão no site. Ponderara-se que então teria que haver a certeza, já que se ia lançar um site novo, para lançar um site que não fosse provisório novamente, a tempo de cumprir com todas as determinações do Código do Procedimento Administrativo. Iriam então lançar um site que cumprisse já integralmente aquilo que era a moderna comunicação do ponto de vista da tramitação de processos de decisão administrativa, nos termos do atual Código do Procedimento Administrativo. -----

----- Ele tinha entrado em vigor nesse próprio dia ou na véspera e estavam a fechar os cadernos de encargos que seriam aptos à colocação de um site no ar, mas ainda

desligado do sistema de gestão documental, que tinha corrido mal nessa experiência com o anterior fornecedor e houvera a possibilidade aprender que era um sistema de grande finura e de grande complexidade. No quadro de um protocolo aprovado pela Assembleia de Freguesia com o Observatório de Prospetiva de Engenharia e Tecnologia estava a ser feito um levantamento dos fluxos de trabalho para monitorização dentro do contexto da Junta e a breve prazo existiriam as peças procedimentais próprias para a contratação de ferramentas tecnológicas que servissem de uma forma perene ao longo do tempo a estruturação da atividade da Junta de Freguesia. -----

----- Quanto ao Bairro das Estacas, permitia-se discordar num aspeto. Não tinha havido alheamento dos agentes autárquicos, ou pelo menos não de todos os agentes autárquicos. Era um processo que colocava em paralelo com o da Rua Infante Dom Pedro, eram obras que estavam em curso quando a Junta tomara posse, fizera-se o acompanhamento que nessa fase era possível, felizmente que nas obras subseqüentes de zonas 30 conseguira-se ter uma intervenção mais firme do que aquela que fora possível atingir naquele caso e tinham acontecido inúmeros episódios que fizeram com que a sua última comunicação ao Município de Lisboa, designadamente à Direção Municipal de Mobilidade e Transportes e para a Direção Municipal de Projetos e Obras, não fosse o ofício mais simpático que já tinha subscrito no seu percurso autárquico. -----

----- No momento, quanto à obra no Bairro das Estacas, havia uma divergência plena e conhecida pela CML relativamente a alguns dos resultados que ali foram apresentados e acima de tudo quanto ao processo. Sabia-se atualmente que, apesar de tudo, os processos estavam ligeiramente melhorados. A Senhora Isabel talvez discordasse, mas comparando os dois processos do ponto de vista da Junta de Freguesia, apesar de tudo o da Infante Dom Pedro acabara por, a partir de determinada altura, conseguir fluir melhor do que o do Bairro das Estacas, que à 25ª hora aparecia o problema do mobiliário urbano colocado em zonas diferentes de projeto, num primeiro momento diferentes das que a Junta tinha sugerido que fossem os seus locais de colocação e que depois a DMPO se vira obrigada a modificar. -----

----- Quanto à lomba que referira em concreto, sem prejuízo das questões da sinalética, havia reuniões infindas com comunicações trocadas relativamente a opções de sinalética, incluindo em relação à passadeira diante da escola. Não tinha no momento o detalhe para transmitir mas tinha muito gosto de, em conjunto com a Chefe de Divisão do Espaço Público e Equipamento, lhe passar esse tipo de informação. Quanto à lomba em concreto, rejeitara-se a solução que tinha sido apresentada para a resolução desse problema, aliás que tinha sido muito levantado até pelo Membro Francisco Bento do PSD, que era uma solução de mera sinalética, colocar um sinal a advertir que aquela lomba ali estava. Isso parecia objetivamente insuficiente, até porque se começava já a reconhecer um ligeiro abatimento do pavimento naquela zona e, portanto, a solução tinha que ser de obra física. -----

----- No momento estava em discussão uma solução de elevação do pavimento viário, com um acrescento betuminoso, que podia suavizar o acesso àquela lomba. Estava-se a aguardar em concreto que pudesse ser confirmado, mas no momento não tinha confirmação dessa solução técnica. Depois poderiam aprofundar mais à frente esse ponto.” -----

----- **Freguês Pedro Aparício** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Desde o início eu tenho alertado que foi feito um recauchutamento e não uma sobrelevação da via. Este caso em específico desta obra que estamos a falar tem uma inclinação já no terreno que não permite garantir a sobrelevação tal e qual como estava no projeto. Na reunião que tive com o Arquiteto Alvaro Martins, que já não está na Câmara, é curioso que ele não está na Câmara e a Câmara não conseguiu disponibilizar

os dados com que se baseou para criar este projeto, inclusive depois da própria... se ter pronunciado e pedido à Câmara. -----

---- É curioso como é que não se entende que existe aqui um defeito de construção e que a solução é simples, como tirar aquela lomba e colocá-la a preceito, tal como estava previsto em termos de inclinação do pavimento.” -----

---- **O Senhor Presidente da Junta** disse que eram aspetos técnicos e o Município de Lisboa saberia ou não responder a essa matéria. Não teria ajudado a circunstância de já terem mudado duas vezes de Diretor Municipal, por razões que eram alheias aos próprios decisores ao nível do Município, pelo menos no último caso. Era pena que o Professor Tiago Farias não pudesse ter continuado como Diretor Municipal, porque era uma pessoa que tinha prestado com grande qualidade e elevação durante o curto período em que estivera como Diretor Municipal. -----

---- Havia no momento um processo de transformação a esse nível no Município, mas não era quem devia dar esclarecimentos sobre essa matéria. -----

---- A obra do Bairro das Estacas, como já tivera oportunidade de dizer, era um bom exemplo de como não executar uma zona 30, mas era uma aprendizagem que se fizera, infelizmente à custa da população ali residente e de outros interessados. -----

---- No caso da Avenida da Igreja, aproveitava a oportunidade para o felicitar por dois motivos. Primeiro por lhe dar oportunidade de esclarecer essa matéria, que era muito importante ser esclarecida, e por ter feito aquilo que tantas pessoas não fizeram, que era ir à Assembleia esclarecer a propósito dessas mitologias urbanas que circulavam sobre o projeto “Uma Praça em cada Bairro”. -----

---- Em primeiro lugar uma mitologia relativa ao próprio método. O processo de criação de uma praça em cada bairro, que era um projeto do Município de Lisboa, um projeto de grande qualidade ao nível de todo o contexto da cidade, era um processo participativo em construção e no caso da Avenida da Igreja era esse o momento em que estavam, a discutir soluções. Fizera-se uma primeira auscultação sem nenhum traçado, com a presença do Vereador Manuel Salgado e do Arquiteto Pedro Dinis, que era a pessoa responsável por esse projeto, em que se recolhera informação, ouviram-se as pessoas, ouviram-se ideias e o Senhor Arquiteto apresentara uma solução num segundo momento. -----

---- Tinha havido uma sessão de esclarecimento muito participada na sala onde se encontravam, que estava muito mais cheia, onde fora apresentada uma primeira proposta que passava pela criação de uma zona de coexistência na Avenida da Igreja entre a Rua José Duro e a Rua Marquesa de Alorna, onde seria apenas nesses dois quarteirões removido o estacionamento à superfície e era reservado o trânsito para trânsito local, veículos de emergência e transportes públicos. O trânsito local circularia normalmente nos dois sentidos. Já tinha ouvido versões a dizer que iria ser cortado o trânsito no sentido da Igreja até à Praça de Alvalade, por aí fora, e isso implicava de facto uma alteração de trânsito ao nível da Rua José Duro, que passaria a ter o sentido que já tivera no passado, a Rua Luis Augusto Palmeirim passar a ser uma rua de saída. -----

---- O pressuposto dessa intervenção era que fosse possível criar uma bolsa de estacionamento com capacidade para pelo menos 220 lugares no Mercado de Alvalade, solução essa que ainda não estava completamente assegurada mas que era analisada enquanto pressuposto daquela intervenção. -----

---- Outra coisa que tinha sido esclarecida era que em primeiro lugar haveria mais amadurecimento dessa proposta e haveria novos momentos de discussão pública, alguns específicos para os comerciantes porque tinham especiais interesses nessa artéria da Freguesia, mas também com a população ali residente. Uma outra coisa era que seriam construídos momentos de teste, antes de fazer qualquer alteração definitiva isso ia ser

testado, criando acontecimentos na Avenida da Igreja e por aí fora que permitissem simular essa circulação proposta e essa solução de utilização da avenida que era proposta, para verificar e medir em concreto qual o impacto de que estavam a falar em termos de pressão de estacionamento para residentes no conjunto da intervenção, de circulação automóvel e de alteração dos sentidos de tráfego e conseguir avaliar antes de fazer alterações a lancis de passeios a elevações de pavimentos, ao que fosse, da realidade concreta dos efeitos de uma proposta dessa dimensão. -----

---- O que estava em cima da mesa era uma discussão e a possibilidade de se vir a testar um modelo de circulação automóvel e de utilização da Avenida da Igreja. Ainda se estava numa fase muito embrionária e ainda bem que o freguês se tinha ido esclarecer, porque de facto ainda não havia sequer um projeto. Havia um anteprojecto para ser testado e para ser debatido e para o fazer com toda a serenidade e elevação que a qualidade da democracia merecia e exigia, sem determinados arrebatamentos, sem paixões e acima de tudo sem crenças e sem mitos em torno da intervenção que se estava a fazer. -----

---- Já tinha havido tempo em que as intervenções no espaço público eram impostas às populações, entrava primeiro o bulldozer e depois as pessoas perguntavam o que o bulldozer tinha lá ido fazer. Atualmente estava-se a viver uma nova fase da gestão das alterações no espaço público da cidade, que era fazerem-se sucessivas discussões, procurando maximizar o potencial de informação que era gerada com os meios à disposição e recolhendo aquele que era o contributo das populações. Espantava-o um pouco que ainda assim continuasse a haver determinadas erupções que não eram adequadas a esse processo. -----

---- As portas estavam abertas para qualquer cidadão e tinha havido reuniões desse tipo. Os cidadãos que tinham procurado informação através do e-mail, através do método presencial, através da solicitação de reuniões, tinham tido. Não havia ninguém que pudesse dizer que tinha procurado informação sobre essa matéria e que não a recebera, aquela que estava à disposição da Junta esclarecer e um encaminhamento para o serviço competente da Câmara naquela dimensão do projeto, cujo detalhe ainda não estava definido, o tipo de pavimento e outro tipo de pormenores, que se encaminhava para os serviços da Câmara para debate. Havia cidadãos até que diziam que se esses aspetos não estavam definidos, então gostariam de recomendar um ou outro aspeto relativamente à concretização do projeto. -----

---- Isso ainda ia dar muita discussão, muita campanha, muito envolvimento da população. Não estava nada decidido, não havia nenhuma obra prevista, não havia um calendário sequer. Havia uma discussão em aberto e para a qual se convidavam todas as forças políticas representadas na Assembleia a participar e todos os cidadãos da Freguesia e comerciantes da Freguesia que tivessem uma palavra a dizer sobre a utilização do território e das alterações que pudesse merecer. -----

---- Os resultados dessa discussão pública tinham sido muito promissores. As pessoas iam com reservas, com dúvidas e com medo da profundidade e do radicalismo do projeto e a maior parte delas tinha saído com grande tranquilidade, dizendo que havia aspetos para limar mas que em geral o projeto lhes parecia aceitável. -----

---- Tinha-se voltado a desafiar, ainda na presente semana, o Arquiteto Pedro Dinis a fazer uma terceira sessão sobre o tema. Tinha sido decidido fazer uma campanha de reforço sobre a qualidade da informação junto dos comerciantes e até junto da população residente daquela zona, porque também se percebia que já começava a haver aqueles monstros que se criavam pela dúvida, que se tirava o trânsito dali e obrigar os carros a ir para um lado qualquer. Eram coisas que não correspondiam minimamente à verdade, nem ao que fora tornado público, nem ao que não fora tornado publico sequer.

O que se tinha que fazer era melhorar esse nível de articulação, de comunicação, para que não houvesse esses *monstregos no fim do mar* que poluíam a qualidade da discussão democrática e prejudicavam a saúde da vivência cidadã. -----

----- **Freguês Eduardo Peres** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado pelo esclarecimento Senhor Presidente, mas perante algumas pessoas sobre a situação no bairro parecia que estavam todos um bocadinho, como se costuma dizer, a ‘apanhar bonés’. Realmente, como diz e bem há um estudo, tudo bem, mas já se começa a questionar como é que vai ser feito o trânsito, como é que é a situação dos transportes públicos, por onde é que o trânsito entra, por onde é que o trânsito sai, a situação da Escola Eugénio dos Santos, quando é para ir buscar ou deixar os meninos, de manhã ou à noite, é caótico. As ruas do bairro também são um bocado estreitas e não se vê que possa haver grande margem para estacionamento ou para outra situação qualquer. Há uma série de situações que andam a pairar no ar. -----

----- Eu agradeço esse esclarecimento, mas há uma coisa que constatei no domingo de Páscoa e não sei se as coisas já estarão um bocadinho mais avançadas ou não. É que consegui ver na Avenida da Igreja dois elementos, penso que do pelouro da Câmara Municipal de Lisboa, a fazerem medições da rua. Portanto, parece-me que dentro dessa situação toda há algo que talvez esteja um bocado mais avançado, é o que me parece a mim.” -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a gestão da cidade não se fazia com o que parecia nem com laxismos. Responder à questão obrigava-o a começar de novo a dizer tudo o que tinha dito e, portanto, remetia para a sua primeira intervenção. -----

----- Não havia projeto que avançasse, em qualquer fase que se encontrasse, sem o levantamento topográfico. Ainda bem que, qualquer que fosse a fase em que se encontrava a discussão, aquilo que eram os pressupostos de qualquer discussão, designadamente saber qual era o levantamento que entretanto fosse feito, parecia perfeitamente normal. Não via aí nenhum drama, porque a informação que tinha era dessa ser a fase em que se encontrava o projeto e podia assegurar que o projeto não avançaria se não houvesse condições de ser um projeto que verdadeiramente interessasse às pessoas. -----

----- Se verificassem que aquela intervenção na Avenida da Igreja não correspondia ao que era a vontade da população, o projeto não avançaria. Só lamentava era que tivessem demorado 40 anos, desde o 25 de Abril, a chegar ao momento em que as pessoas eram convidadas a participar. O que sucedia era que chegavam à conclusão que a generalidade da população de Lisboa, imaginassem o que não se passaria noutros sítios, ainda não estava preparada para esse tipo de processos, porque continuava a ter o mesmo tipo de receção a esses apelos para dizer o que pensava sobre o assunto dessa maneira, o “já corre”. Tinha a dizer que o futuro era de quem estava apto a fazer discussões maduras, como noutros países da Europa já se fazia muito tempo antes. ----

----- A porta estava aberta para esclarecer quem quer que fosse e seria feita uma campanha especificamente para esclarecer aqueles que continuavam um pouco resistentes a esse gesto cidadão de gastar alguma energia no sentido de se esclarecer. Por isso o tinha cumprimentado, porque gastara esse bocadinho de energia, mas todos os demais com quem se cruzara não o fizeram e era isso que lhe parecia preocupante. -

----- Dizer que essa preocupação existia no território, não era a única pessoa que lhe transmitia, mas só estar uma pessoa no público a levantar essa questão é que era preocupante do ponto de vista da qualidade da democracia. -----

----- Quanto à ISO 9001, não estava ainda no horizonte estender à globalidade dos serviços da Junta, em função do período de transição que eles estavam a sofrer. Não estavam ainda suficientemente maduros para se encetar um processo de certificação da

qualidade, tanto assim que estavam a fazer o levantamento dos fluxos e a parametrização dos fluxos de trabalho no âmbito de um sistema de gestão documental e portanto esse processo, na sua opinião, tinha necessariamente de preceder esse grande desafio que seria um dia ter toda a Freguesia dentro do âmbito da certificação. -----

----- No imediato usara-se isso como uma estratégia para o acolhimento dos serviços da higiene urbana e para a promoção de uma melhoria contínua num setor que era estratégico, mas o alargamento não estava em causa. -----

----- Os parques infantis tinham sido recebidos para a Junta de Freguesia manter no estado em que se encontravam na cidade, uns com melhor qualidade e outros com pior qualidade. A Junta de Freguesia decidira que no ano de 2015 precisava de ter um diagnóstico completamente apurado do estado e da correspondência do estado dos parques infantis com as exigências legais, por ter recebido um relatório da Câmara que era bastante alarmista relativamente ao estado dos parques infantis e acima de tudo da sua conformidade legal. No imediato tinham sido instruídos os serviços no sentido de identificar quais eram os parques infantis que não asseguravam a segurança dos seus utilizadores e fora determinado encerrar temporariamente esses parques. Nesse em concreto tinha sido mesmo colocado um cadeado, que lamentavelmente fora destruído por quem queria ignorar o aviso lá colocado pela Junta de Freguesia e ainda assim fornecer o acesso, possivelmente para os próprios filhos irem brincar num equipamento que a autoridade pública considerava não estar nas melhores condições de utilização. -

----- Não tinha o pormenor, porque tinham sido muitos os espaços vistoriados e aquele em frente aos Coruchéus até já estava encerrado pela Câmara Municipal de Lisboa no passado. O Membro Valdemar Salgado lembrar-se-ia bem das discussões infundas que tiveram na Assembleia de Freguesia do Campo Grande sobre essa matéria. -----

----- No momento estavam-se a comparar preços entre diferentes entidades para fazer o desenvolvimento de um estudo que permitisse responder a duas perguntas. Primeiro saber qual era o volume de investimento que a Junta de Freguesia necessitava implementar para colocar os parques infantis todos em funcionamento em termos de completa legalidade e, segundo, se podiam fazer isso modificando ligeiramente a tipologia dos parques infantis da Freguesia. -----

----- Os parques infantis dos últimos anos, diria que depois da adesão à União Europeia, normalizaram-se e ficaram todos iguais, tinham todos o chão fofinho e uns brinquedos todos iguais, descaracterizaram-se, não permitindo uma identidade em cada parque para que pudesse haver uma verdadeira escolha porque um parque era um bocadinho diferente. -----

----- Aproveitava para cumprimentar publicamente, embora na ausência, uma arquiteta que tinha feito um mestrado num país nórdico e essa tese de mestrado era sobre a Avenida da Igreja, transformar a Avenida da Igreja num gigantesco parque infantil, fazendo-se a circulação pelas laterais e depois tendo uma praça central, toda ela com equipamentos infantis que cumpriam as regras da Comunidade Europeia mas que eram totalmente diferentes da tipologia que havia em Portugal e aproximando-se da tipologia que encontrara noutros países. Imaginassem o que era se estivesse a propor isso para a Avenida da Igreja, se vissem a maquete que essa arquiteta apresentara o que não seria.

----- Do ponto de vista intelectual era um exercício interessante, que era a questão de saber se conseguiriam fazer o exercício ou não, isso ainda estava embrionário, de depois dessa requalificação dos parques Alvalade ter parques diferentes do resto da cidade. Isso estava no momento a ser preparado e esperava até ao final do ano ter já alguns em execução, se fosse possível, ou pelo menos ter uma noção global do planeamento que se podia ter nos próximos dois anos para colocar os parques a funcionar com a devida qualidade. -----

----- O que tinha sido prioritário assegurar era que não estavam em funcionamento parques relativamente aos quais no relatório preparado pelo Município de Lisboa e verificado pelos serviços da Junta se indiciava que as condições de segurança não estavam garantidas. Aí a decisão era urgente, que tinha que ser tomada com a maior brevidade possível de interditar ao público. Se depois o público optasse por uma escolha diferente, vivia-se numa democracia mas aí o risco passava a correr do lado de quem decidia ignorar a interpelação que a entidade pública lá colocava. -----

----- **Freguês Pedro Aparício** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu peço desculpa, mas o artigo que invocam diz respeito à autoridade que tem ainda competência de fiscalização. O aviso de encerramento nunca é pelo proprietário do parque infantil. Portanto, deveria ter sido a ASAE ou eventualmente a Câmara Municipal de Lisboa, se estiver de facto a exercer a competência de fiscalização do parque infantil, a colocar o aviso de interdição do parque infantil, até porque isto implica também um conjunto de coimas e afins que podem ser penalizadoras mesmo no Orçamento da Freguesia. -----

----- Este parque tem algumas deficiências e posso disponibilizar-me a colaborar nesta área, porque também tive algum trabalho envolvido nesta área dos parques infantis e dos espaços de recreio. Disponibilizo-me para colaborar convosco, mais precisamente porque a vossa responsabilidade enquanto gestores, no fundo são os donos desse espaço, a vossa responsabilidade... à Câmara Municipal de Lisboa era ter procedido no imediato à correção das não conformidades identificadas. -----

----- Perdoem-me a observação, mas o Bairro da Boa Esperança está ainda em piores condições. Eu tive oportunidade de passar por lá, sou um frequentador assíduo do bairro porque a minha filha está lá na creche e, curiosamente, um dos brinquedos está evidentemente partido, com parafusos à vista, sem as proteções devidas e não se encontra com o mesmo tratamento. Portanto, parece-me que vocês têm um trabalho de colocar placas em todos os parques infantis da nossa Freguesia. -----

----- Lamento ter esta visão pessimista, mas como disse e mais uma vez reitero, disponibilizo-me para trabalhar convosco nesta identificação, se assim entenderem que é necessário e que eu posso dar algum contributo.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que certamente esse contributo seria apreciado e, como podia calcular, havia muitos problemas de parafusos para resolver na Freguesia e nos diferentes parques. Tinha um parque infantil mesmo à frente da sua casa e também tinha problemas que sentia, apesar de não ter filhos novos. O que pedia e supunha corresponder também ao que a Junta de Freguesia aguardava, era que houvesse de facto esse interesse que o freguês vinha a manifestar e essa vontade de colaborar no sentido proactivo e de fazer com que a Junta de Freguesia pudesse ser mais atuante e estar mais em cima dos acontecimentos. -----

----- Só queria deixar uma reflexão, de que uma Freguesia como essa enfermava de alguns problemas na sua própria dinâmica e no seu próprio desenvolvimento, na sua própria transformação em termos etários e sociais. Alguns dos problemas que iam sendo levados à Assembleia de Freguesia e que foram expostos pelo público eram problemas que tocavam a todos de perto, a quem vivia nesse bairro, mais a uns do que a outros consoante o local específico onde residiam, e tinham que ser cuidadosamente pensados. -----

----- Quando se pensava que as questões da circulação, da mobilidade, do estacionamento, do lazer, dos parques, das zonas verdes, etc., eram questões que tocavam a todos, tinham que pensar ao mesmo tempo que eram problemas que se entrosavam, não eram independentes. Devia-se pensar também que era uma Freguesia onde coexistia muita gente e que era diariamente frequentada por muito mais pessoas do que aquelas que nela viviam. -----

----- Deitava-se muitas vezes a pensar nisso porque convivia com alguns dos problemas de forma muito gritante, eram muitas as vezes em que chegava a casa e não tinha lugar para estacionar, porque tinha que conviver com o comércio. Queria ter comércio e as pessoas que viviam em Alvalade queriam ter comércio, não queria que a Freguesia de Alvalade fosse uma Freguesia deserta ou que se desertificasse comercialmente para que, pura e simplesmente, fossem exclusivamente cobertos os interesses daqueles que residiam. Queria também que fossem previstos os interesses de todos aqueles que frequentavam e animavam a Freguesia de Alvalade, porque queria viver numa Freguesia animada e onde coexistisse o comércio e a residência. -----

----- Se por vezes tinha que dar uma ou duas voltas ao quarteirão, como acontecia muitas vezes, conseguia conviver com esse problema, desde o momento em que não fosse excessivo nem fosse sistemático. -----

----- O Senhor Presidente da Junta tinha-se referido ao modo cuidadoso e ao modo participativo como tinha levado por diante e tencionava continuar acerca das mudanças que estavam a ser previstas, pré-previstas, em anteprojeto, mas que seguramente seriam sempre participadas e contariam sempre com a participação empenhada de todos os fregueses, a começar por si desde logo e em primeiro lugar como parte altamente interessada, também queria ter um lugar para estacionar à frente da sua casa na medida do possível, até porque pagava um cartão à EMEL e não queria ter que andar muito tempo à volta, mas queria ter o comércio todo à sua volta. -----

----- Queria também que os pais das crianças que frequentavam a Escola Eugénio dos Santos, a grande esmagadora maioria dos quais não residiam na Freguesia, tal como os pais das crianças e dos jovens que frequentavam o Liceu Padre António Vieira, cuja esmagadora maioria não residia na Freguesia, mas que existiam na Freguesia e tinha que se cuidar de todos, pudessem também ter o seu lugar. -----

----- Queria que os transportes públicos fluíssem, queria que o comércio tivesse forma de se manter e queria que a Freguesia de Alvalade continuasse a ser um polo de atração para muitos lisboetas e não só que diariamente ali se deslocavam e ali encontravam os seus motivos de fruição, que em alguma medida era também a fruição de quem vivia. Sentiam e os ecos a esse respeito diziam que era uma Freguesia vibrante e invejável por grande parte dos residentes de Lisboa e não só. -----

----- Era esse comentário que queria fazer. Estava absolutamente ciente que o espírito de participação por parte dos fregueses se manteria e que a Junta de Freguesia saberia manter esse espírito e esse espaço de participação em questões que eram muito importantes para o desenvolvimento da Freguesia e para a qualidade de vida de todos aqueles que ali viviam. -----

#### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

#### DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA Nº10

----- **Membro João Morais (BE)** disse que uma intervenção não estava reproduzida na totalidade e no que respeitava ao sentido de voto dos Membros da Assembleia de Freguesia, à semelhança do que acontecia em grande parte das autarquias, seria aconselhável que constasse o sentido de voto dos Membros da Assembleia, o que podia mesmo ser necessário no caso de hipotético apuramento de responsabilidades. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** perguntou qual era o ponto, porque esse era o princípio geral e era a norma que se procurava seguir. O que por vezes acontecia, já acontecera num ou noutro ponto, era não haver o registo gravado. -----

----- **Membro João Morais (BE)** referiu que era na página 3, no segundo parágrafo, não constava a transcrição na totalidade da sua intervenção. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que a Mesa já tinha dado instruções para que se verificasse o que se tinha passado, mas, tal como referira, por

vezes acontecia que o registo sonoro tinha falhas e sobretudo quando as pessoas não falavam próximo do microfone. Isso era o que por vezes estava por trás da não transcrição integral. -----

----- Iriam tentar corrigir e agradecia que o Membro João Morais pudesse depositar confiança nos serviços da Junta para que em podendo, se fosse caso disso, pudessem completar o registo. Se não houvesse registo de todo, teriam que pôr umas reticências.

----- Solicitava a todos que fizessem o favor de falar da forma mais audível possível e mais próxima do microfone. Era tudo quanto podia dizer. -----

----- Seguidamente, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Ata nº 10**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 17 votos a favor (PS, 6PSD, PCP e CDS-PP) e 2 abstenções (BE e 1PSD). -----

#### ----- MOÇÃO -----

----- 41º Aniversário da Revolução de Abril -----

----- *Dentro de dias comemoraremos uma vez mais o dia 25 de Abril de 1974, a partir do qual se pôs fim a um regime ditatorial e fascizante, lançando os alicerces da democracia e da vida em liberdade.* -----

----- *Comemoraremos também o 4º aniversário das eleições para a Assembleia Constituinte, cujos Deputados discutiram e elaboraram a Constituição da República Portuguesa, documento jurídico fundamental e ímpar da democracia em Portugal, que consagra o direito universal à saúde, ao ensino, à educação e à habitação, que consagra direitos sociais, laborais e culturais, que consagra o princípio da liberdade de expressão e a livre formação de partidos políticos e eleições livres.* -----

----- *Uma Constituição que consagrou o Poder Local Democrático, que aqui representamos.* -----

----- *Numa altura em que muitos dos valores da Revolução de Abril se encontram ameaçados, é importante recordar estas duas datas — o 25 de Abril e as primeiras eleições livres. Sem saudosismos, mas pela defesa dos valores democráticos e do progresso, lembramos a resistência que construiu Abril.* -----

----- *Nos ásperos tempos que vivemos, de crise económica e social, saudar a comemoração do 1º de Maio, Dia do Trabalhador, é defender as conquistas sociais e laborais, tão fortemente atacadas em nome da crise.* -----

----- *A Freguesia de Alvalade - ela própria fruto da Revolução de Abril - reunida em Assembleia a 08 de Abril de 2015 saúda o 25 de Abril de 1974 e todos aqueles que o tornaram possível, saúda a Constituição da República Portuguesa e o Poder Local Democrático e apela à participação nas comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio.* -----

----- *Os eleitos do PCP na AF da Freguesia de Alvalade.* -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Moção “41º Aniversário da Revolução de Abril”**, apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 18 votos a favor (PS, PSD, PCP e BE) e 1 voto contra (CDS-PP)-----

----- **Membro José Correia (CDS-PP)** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- “Não voto a título partidário, nem como representação do CDS, ao qual pertenço, mas a título pessoal.”-----

----- **Membro Aquino de Noronha (PCP)** disse que queria fazer uma declaração antes de entrar na ordem de trabalhos, sobre a questão do mercado que iria estar aberto nos dias 25 de Abril e 1º de Maio. Não sabia em que ponto se havia de inserir. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que para esse género de intervenções sobre assuntos de interesse da Freguesia que não constassem da ordem de trabalhos, qualquer Membro da Assembleia tinha direito a fazer, mas nesse caso passariam a funcionar do seguinte modo: em situações desse tipo os Membros da Assembleia de

Freguesia que quisessem fazer qualquer intervenção, que o fizessem no mesmo tempo do público, porque eram fregueses tal e qual como o público. -----

----- **Membro Aquino de Noronha (PCP)** disse que essa declaração era também em nome do partido que representava -----

----- “Está afixada no Mercado de Alvalade uma informação de que os mercados estão abertos no dia 25 de Abril e no dia 1º de Maio. Desconhecemos quem teve esta infeliz ideia e se outros mercados da cidade também estarão abertos nessas datas. -----

----- Podem ser invocados os mais variados argumentos para justificar esta decisão, o interesse dos comerciantes, servir os consumidores, etc. Também podem utilizar o facto destes dias recaírem ao fim-de-semana, depois de todo o argumento, que não cola, que os mercados também deveriam estar abertos aos domingos. -----

----- Esta medida lembra a desprezível medida tomada pelo senhor do Pingo Doce, uma empresa que tem a sua sede na Holanda para não pagar impostos em Portugal, e que nessa altura esse medida tanta irritação causou. -----

----- Se bem se lembram, em 2012, pela primeira vez desde o 25 de Abril de 1974, o Pingo Doce ordenou a abertura das suas lojas no 1º de Maio, obrigando ao trabalho os seus trabalhadores num dia que é o deles, até para mostrar que o povo não ligava à data. -----

----- Os trabalhadores autárquicos, que são necessários para manter o mercado aberto, podem ser aliciados com o pagamento de horas extraordinárias, mas não é digno que uma Junta de maioria do Partido Socialista tome esta medida populista e demagógica. É o desprezo pelo significado histórico destas duas datas. -----

----- O PCP condena veementemente a abertura do Mercado de Alvalade Norte nos dias 25 de Abril e 1º de Maio e declara à população de Alvalade e da Cidade de Lisboa que não está ligado a esta provocação.” -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que tinha um entendimento, com todo o respeito, divergente no sentido de que os Membros da Assembleia de Freguesia pudessem ser considerados público para efeitos de serem fregueses. Na verdade, existiam alguns Membros na Assembleia de Freguesia que não eram fregueses e gozavam de legitimidade eleitoral, tendo um espaço próprio para essas intervenções. -----

----- Tinha-se consensualizado, até por sugestão do Membro Diogo Bastos, que no caso de não haver um ponto específico de outros assuntos da Freguesia, seria ao nível do debate da Informação Escrita do Presidente que os Membros fariam uso das considerações que quisessem. -----

----- A intervenção do PCP, pelos termos dogmáticos em que fora realizada, merecia uma resposta que incidia essencialmente sobre a distinção entre demagogia e democracia, discussão essa que os ocupava desde pelo menos dois ou três mil anos, enquanto Humanidade. -----

----- Tinham sido os comerciantes, como era aliás em todos os feriados em que o mercado pudesse ou não estar aberto, em função de calhar ou não a um domingo, que manifestavam por escrito a vontade de cada um deles relativamente à situação do mercado estar aberto ou encerrado. Era do apuramento dessa vontade democrática dos comerciantes que se decidia estar ou não aberto o mercado nessas datas. -----

----- Não eram tratados o 25 de Abril e o 1º de Maio de forma diferente aos restantes feriados. Imaginava que talvez o CDS se insurgisse, como partido democrata-cristão, se por exemplo no dia de Nossa Senhora da Conceição porventura o Mercado de Alvalade estivesse a funcionar. Eram tratados esses feriados, porque o eram, da mesma maneira que eram tratados todos os outros, sem qualquer desprimor de qualquer data em concreto. -----

----- Não lhe admitia, e enquanto Presidente da Junta de Freguesia deixava isso bem claro, que dirigisse ao Executivo quaisquer considerações sobre a postura que o

Executivo tinha relativamente às datas do 25 de Abril e do 1º de Maio, porque esse Executivo tinha sido o primeiro em muitos anos a organizar celebrações dessas datas, mostrando com toda a clareza à população de Alvalade e aos titulares dos seus órgãos qual era o posicionamento que tinha relativamente ao 25 de Abril e ao 1º de Maio. -----

----- Disse que o PCP não era mais democrata do que qualquer outro partido presente na Assembleia de Freguesia, nem tinha sobre o 1º de Maio ou sobre o 25 de Abril qualquer titularidade da sua defesa. -----

----- O procedimento que fora adotado era o mesmo de sempre. Admitia que as considerações feitas calaram fundo na sua consciência e ficara a refletir sobre a oportunidade de poderem rever a decisão tomada, em função de alguns argumentos aduzidos, mas achava também que o PCP tinha todos os instrumentos para noutros fóruns ter contribuído para a tomada de uma decisão diferente. -----

----- **Membro Aquino de Noronha (PCP)** disse que não punha em causa o apego dos Membros da Junta em relação ao 25 de Abril e ao 1º de Maio, mas considerava e reiterava que essa medida, nos termos em que fora tomada, era demagógica e populista, porque se fosse assim, se era a vontade dos comerciantes, por essa ordem de ideias os comerciantes tinham grandes dificuldades. -----

----- Era um mercado público, um mercado municipal, não era um comércio privado da Avenida da Igreja ou da Luisa Augusto Palmeirim. Era uma atitude demagógica e populista. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que pela sua parte esperava que nesses dois dias o comércio estivesse aberto, da mesma maneira que tivera muito prazer em poder ir almoçar no domingo de Páscoa onde muito bem entendera. -----

#### ----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- **Ponto 1 – Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia prevista na alínea e) do nº 2 do artigo 9º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que procuraria ser absolutamente sintético nos pontos da ordem de trabalhos, para os quais, evidentemente, se preparara previamente para que fossem absolutamente cirúrgicos. Dispensava-se de apresentar a Informação Escrita, sem prejuízo de quatro notas que gostaria de salientar, três relativamente ao conteúdo da Informação Escrita e uma que parcialmente com ela estava conectada, mas que também projetava no futuro próximo algumas das dimensões essenciais da atividade da Junta de Freguesia de Alvalade. Era um período muito longo, porque a última Assembleia de Freguesia ordinária tinha sido no início de novembro e a atual, apesar de a realizarem sempre em abril, em face dos apelos dos Membros da Assembleia de Freguesia procurara-se concentrar o maior número de pontos possível para tratar na Assembleia. A pasta com que se fazia acompanhar engordara, mas isso obrigava-o a uma síntese especial. -----

----- Em primeiro lugar as Olissipiadas. “Os Jogos de Lisboa estão de volta”, era esse o slogan que informava o conteúdo dessa iniciativa desportiva da Câmara Municipal de Lisboa, com grande e fortíssima participação das Freguesias. No caso em concreto da Freguesia de Alvalade havia um número muito elevado de atletas envolvidos nesses jogos e um grande empenho do Executivo da Junta. Portanto, queria cumprimentar em especial o Vogal Ricardo Varela pelo trabalho notável desenvolvido no número de modalidades em que Alvalade estava representada no contexto dessas Olissipiadas e do número de atletas que em cada uma dessas modalidades estavam inscritos. -----

----- Em particular aproveitava para salientar a natação e cumprimentar o Nuno Lopes, Presidente da Associação Estrelas de São João de Brito, que proporcionara a Alvalade

disputar com um grande número de atletas, acompanhando aquilo que era o reforçado palmarés do Estrelas São João de Brito ao nível dos campeonatos nacionais. -----

----- Deu os parabéns a Nuno Lopes e pediu que transmitisse, em nome do Executivo, a todos os atletas que orgulharam no fim-de-semana os mais vivos cumprimentos pelos sucessos desportivos que esperava que continuassem. -----

----- Também ao nível do ciclismo, onde Alvalade já começava a disputar algum destaque aproveitava para cumprimentar também o Paulo Vaz, que dinamizava a Escola de Ciclismo Coelhinhos LX, com quem se desenvolvera um protocolo, para que nas Olissipiadas para daí a dois, três, dez anos, Alvalade tivesse um número muito destacado de atletas. Era a planície da Cidade de Lisboa e tinham a obrigação de, nos meios de mobilidade suave, ser pioneiros e liderar no contexto da cidade. -----

----- Em segundo lugar destacar a criação da Comissão Social de Freguesia e os seus primeiros passos, quer na constituição de grupos de trabalho, quer na dinamização de um conjunto de atividades. Aproveitava para cumprimentar a Vogal Rosa Lourenço pelo trabalho magnífico que desempenhara no lançamento dessa comissão. Embora sendo a Comissão Social de Freguesia mais jovem da Cidade de Lisboa, era já a que tinha maior número de entidades que a integravam e, portanto, as expectativas que existiam relativamente aos resultados a produzir no âmbito dessa comissão eram enormes, mas era muito promissor o trabalho de articulação de rede que do ponto de vista das organizações sociais que estavam a desempenhar no território era evidente, no contexto das soluções que iam sendo conseguidas entre as próprias instituições e entre a Junta e as suas instituições parceiras, que tinha dinamizado já um conjunto muito significativo de dinâmicas de promoção social. -----

----- Em terceiro lugar sublinhar a atribuição do certificado do sistema de gestão da qualidade através da norma ISSO 9001/2009, de que a Junta de Freguesia de Alvalade fora a primeira em Lisboa e, considerando que eram as Juntas de Freguesia de Lisboa que tinham serviços de higiene urbana sob a sua responsabilidade, a primeira do País a ter um serviço de higiene urbana certificado. -----

----- Havia grandes receios a propósito daquilo que ia ser o desempenho das Juntas de Freguesia, em especial em setores da complexidade operacional como a higiene urbana e Alvalade tinha dado uma resposta e em nove meses tinha um certificado de qualidade atribuído, tinha um serviço de grande qualidade a funcionar. Os resultados eram mais do que visíveis no terreno. Era evidente que havia dificuldades para ultrapassar, mas se estivessem na Assembleia ordinária de um ano atrás não era da mesma Freguesia que estariam a falar, do ponto de vista da higiene urbana. -----

----- Estava de parabéns o Senhor Secretário da Junta de Freguesia, Doutor Igor Roçadas, que liderara esse processo enquanto responsável pela gestão da qualidade e pelo serviço de higiene urbana, mas era um orgulho enorme para a Freguesia e acreditava que para toda a Cidade de Lisboa que as Juntas de Freguesia se conseguissem abalançar a responsabilidades dessa natureza com uma qualidade que não só era evidente, como era acima de tudo certificada por entidades idóneas, externas, a quem estavam atribuídas competências nessa área. -----

----- Havia um grande orgulho naquilo que estavam a fazer ao nível da higiene urbana e havia a convicção de que nem ainda sequer tinham começado, uma vez que do plano de investimentos já do conhecimento da Assembleia de Freguesia tinha-se dado o segundo passo e faltava o terceiro, mais significativo, das máquinas de grande porte, lavadoras e varredouras. Quando acabassem o processo, estava convencido que teriam uma Freguesia com um nível de resposta operacional ao nível da higiene urbana absolutamente exemplar. -----

----- Era um orgulho imenso e que não tinha sido, na sua opinião, suficientemente destacado pela comunicação social, infelizmente. Tinha chegado a alguns o comunicado, provavelmente através das plataformas da própria Junta, mas era lamentável que a comunicação social tivesse dado a pouca importância àquilo que era uma coisa única no contexto da governação pela administração pública, que eram autarquias locais resultantes do poder local democrático, que o Membro Aquino de Noronha bem sublinhara e exaltara, a conseguirem ser certificadas do ponto de vista da qualidade do serviço que prestavam à sua população. -----

----- Por último, também constava da Informação Escrita um conjunto de iniciativas relacionadas com o Lisbonweek e queria concluir a sua intervenção dando nota da razão porque no último ano se investira tanto no Lisbonweek e porque ele era tão importante para a Freguesia, a sua população, os seus comerciantes, os seus agentes económicos e pessoas que a visitavam e do ponto de vista da implantação da Freguesia em termos territoriais como nova centralidade na cidade. -----

----- O Lisbonweek permitira quebrar a visão de que o que interessava em Lisboa estava a sul do Marquês de Pombal. A Lisboa moderna estava toda concentrada na Freguesia de Alvalade, que era uma Freguesia absolutamente fascinante. Dizia isso em casa e, portanto, era suspeito de o dizer e era preciso encontrar um meio para colocar nas consciências dos lisboetas e daqueles que visitavam Lisboa que a Freguesia de Alvalade era efetivamente uma Freguesia com características únicas no contexto da Cidade de Lisboa. Era preciso engalaná-la para que isso fosse evidente, mas com a consciência de que quando o Lisbonweek acabasse, quando as bandeiras do Lisbonweek saíssem dos postes da Freguesia, quando as iniciativas do Lisbonweek os deixasse, Alvalade ficava e com tudo aquilo que o Lisbonweek quisera mostrar apenas de uma forma diferente. -----

----- Já era evidente que ao contrário da higiene urbana, que não tivera grande destaque, era a Freguesia que ficava bem na capa de revistas como a Time Out, em que pela primeira vez, desde que tinha memória, Alvalade interessava à Time Out. Tirando um Sporting-Benfica que dera origem a uma comparação entre o Bairro de Alvalade e a Freguesia de Benfica, curiosamente Freguesias vizinhas dos clubes a que esses destaques iam dando respeito, uma vez que o Sporting Clube de Portugal era uma coletividade da Freguesia do Lumiar e o Sport Lisboa e Benfica uma coletividade da Freguesia de São Domingos de Benfica, mas Alvalade enquanto bairro, na sua dimensão habitacional, no destaque dos seus equipamentos, nas atividades económicas que aí se desenvolviam, das próprias dinâmicas da sociedade civil, era a primeira vez que tinha um exclusivo dessa ordem numa revista como a Time Out. -----

----- A revista da Junta de Freguesia tinha circulado com o último Expresso, estava nas cadeiras e estava disponível para o público a quem o programa do Lisbonweek interessasse. Na próxima sexta-feira a revista Evasões, do Grupo Diário de Notícias, que passaria a ser semanal, era inteiramente dedicada ao Bairro de Alvalade. -----

----- O impacto do Lisbonweek não era de noticiar o Lisbonweek, era aquele que era pretendido pela estratégia da Junta de Freguesia ao agarrar essa oportunidade, que era divulgar a Freguesia, divulgar aquilo que ela tinha de particular. Esse era um objetivo notório ainda antes do Lisbonweek abrir, que fora absolutamente conquistado por uma estratégia muito determinada de dar ambição àquilo que era o papel de uma Junta de Freguesia relativamente ao seu território e à sua população. Portanto, era com grande orgulho que convidava todos a estarem presentes na inauguração do Lisbonweek. A Madalena fazia a gentileza de distribuir os convites para esse efeito na Biblioteca Nacional de Portugal, às 18 horas da próxima sexta-feira, e que estivessem presentes no máximo de iniciativas para as quais tivessem disponibilidade, porque veriam a

Freguesia que já conheciam mas carregada de caras surpreendidas daquilo que para si era óbvio. -----

----- (Neste momento foi passado um video realizado pela CML a propósito do Lisbonweek)-----

----- **Membro Aquino de Noronha (PCP)** disse que da mesma forma como tinha criticado a questão do mercado, queria saudar a Junta pelo facto de levar para a Freguesia o Lisbonweek. Faria os possíveis para estar presente nas iniciativas. -----

----- Sobre a Informação Escrita do Presidente, em primeiro lugar queria, de uma leitura necessariamente rápida, valorizar a intervenção que estava a ser feita regularmente no espaço público. Infelizmente existia algum vandalismo, alguns buracos nas calçadas, algum equipamento urbano que era destruído. Não sabia se isso teria a ver com o processo de contratação, mas também havia muito trabalho que estava feito e que se degradava facilmente. -----

----- Havia uma questão que estava pendente já havia quase um ano e que era o motocão. Perguntou o que se passava com o motocão. Era um dos sacrificados pelos fregueses porcos, morava numa rua que era a latrina dos habitantes da Avenida da Igreja e da Avenida de Roma e se em 90% dos casos as pessoas limpavam os dejetos, os outros 10% deixavam presentes pouco recomendáveis. -----

----- Era uma zona que ficava entre duas escolas, a Rainha Dona Leonor e a Eugénio dos Santos, percorrida pelos jovens e aquilo era uma pouca vergonha. Portanto, esperava que o motocão funcionasse depressa e rapidamente haver uma campanha de sensibilização dos fregueses, dos donos dos animais domésticos. Numa primeira fase, para além da sensibilização, tinha que haver uma repressão. Não era aceitável. -----

----- Também notara que na sua zona havia uma diminuição dos animais vadios, nomeadamente os gatos, mas aumentaram os pombos. Fazia o apelo para que essas questões pudessem ser resolvidas. -----

----- **Membro Manuela Santos (PSD)** começou por cumprimentar o Executivo em nome do PSD, nomeadamente o Senhor Presidente, pelo facto de ter conseguido levar a Lisbonweek para a grande Freguesia de Alvalade. Era um momento em que os lados partidários não eram importantes, o importante era aquilo que projetavam em nome da Freguesia e de facto, para além daquilo que representava para a cidade mostrar Alvalade, era também uma forma de orgulho dos fregueses de Alvalade. Era um momento em que podiam dizer que de alguma maneira estavam todos com a Junta do ponto de vista dessa iniciativa, porque orgulhava a todos e projetava a todos, com o nome da Freguesia e daquilo que ela tinha de melhor. -----

----- Obviamente havia sempre um mas nessas coisas e só quem não fazia não tinha mas. Se estivesse a organizar uma coisa dessas ter-se-ia lembrado de outros pontos e de envolver de outra maneira. As comunidades académicas estiveram fora desse projeto e dava aulas numa Universidade da Freguesia, pelo que sabia nem sequer ter chegado informação. A informação que tinha era pelos *outdoors* e pelo *facebook*, não tinha informação nem do ponto de vista da sua Universidade, nem dos *flyers* na caixa do correio. Havia muita gente que não estava nas redes sociais e tinha que haver outras maneiras mais prosaicas e menos digitais de informar, mas de qualquer maneira decidir era escolher e essas foram as escolhas, provavelmente no triângulo Câmara de Lisboa e Xana Nunes. Portanto, havia que fazer cedências. -----

----- Pelo menos na divulgação havia lacunas na comunidade académica Já tinha feito com os seus alunos, porque era da área da comunicação, visitas e trabalhos académicos na área da comunicação sobre o Museu da Cidade, que eles não conheciam, sobre o Bordalo Pinheiro, que eles não conheciam, sobre uma série de equipamentos interessantes que alguns estavam contemplados, mas não estava por exemplo a

Biblioteca Nacional, qua a maior parte deles nunca lá tinha ido. As pessoas entravam na Universidade e saíam da Universidade e, se a Universidade não lhes desse informação, eles não a procuravam noutros sítios e eram semi fregueses, porque não habitavam mas estudavam nessa área. -----

----- Já não era tempo de divulgação, mas ficava o reparo e o agradecimento. -----

----- **Membro João Morais (BE)** disse que queria só colocar uma questão, porque se falava sobre contratos efetuados no âmbito dos espaços verdes. A questão que queria colocar era saber qual a situação dos contratos relativos à manutenção de espaços verdes realizados pela ex Junta de Freguesia do Campo Grande, se estavam em vigor ou não. --

----- **Membro Mário Branco (PS)** disse que queria dar os parabéns pela realização do Lisbonweek em Alvalade, não acrescentando mais do que aquilo que já fora dito relativamente às vantagens para a Freguesia. -----

----- No documento apresentado era notório que a Junta continuava a navegar em velocidade de cruzeiro e era com bastante apreço que via a presença do Executivo nos mais variados eventos e junto das forças vivas de Alvalade, porque era aí que deviam estar os autarcas, junto da sua população. -----

----- Tinha apenas uma pequena questão relativamente a uma notícia da imprensa, quanto à repavimentação das grandes vias de Alvalade, a Avenida de Roma e a Avenida dos Estados Unidos da América, citando declarações do Vereador Duarte Cordeiro. Se o Senhor Presidente poderia dizer alguma coisa acerca desse assunto. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** começou por agradecer as considerações que foram feitas em geral relativamente à participação no Lisbonweek. A Junta tinha sido desafiada num momento em que fora empossada pouco tempo antes e não havia ainda a completa consciência de qual seria a verdadeira capacidade organizacional e, portanto, fora um risco assumido na altura pela importância que se projetava precisamente no sentido em que dissera a Professora Manuela Nunes dos Santos, de que era demasiado importante para a Freguesia para que não tivessem toda a energia de agarrar a oportunidade de o fazer. -----

----- Era nesse sentido amplo que gostaria muito de ver todos na inauguração, como nas outras iniciativas. Reparariam que o convite distribuído tinha várias coisas lá dentro para além do próprio envelope, que era o convite para a inauguração da exposição do Porfírio Pardal Monteiro, tinha depois um postal com as horas das inaugurações das restantes iniciativas parcelares no dia a seguir. Era um dia muito intenso, com a inauguração da exposição da Maria Keil, da exposição dos Urban Sketchers, da exposição “Vanguarda” de fotografia no Centro Comercial de Alvalade. A da Maria Keil e a exposição “Vanguarda” seriam duas iniciativas de massas, abertas a todos aqueles que, mesmo que não se apercebessem de estar a acontecer o Lisbonweek, eram interpelados pelas próprias iniciativas no seu circuito quotidiano de vida. Os restantes eventos não, obrigavam a que as pessoas se dirigissem especificamente, mas havia eventos de grande energia e importância estratégica, como era o caso de terem desafiado o “Peixe em Lisboa”, uma vez que disputavam a mesma semana e isso em termos de público era uma coisa dramática. -----

----- Tinha-se dito que “Peixe é no Mercado de Alvalade, venham fazer o *showcooking*”, onde teriam a Justa Nobre, o Daniel Rente e um outro Chefe. Seria um grande momento até para os comerciantes do mercado, que precisavam de todo o apoio para continuar a dinamizar um comércio de grande tradição nesse equipamento, enquanto melhores notícias não apareciam para esse espaço. -----

----- A mesma coisa à Feira da Buzina, que também iria estar em aberto. Era uma feira muito pitoresca, uma espécie de Feira da Ladra feita nas bagageiras dos automóveis.

Eram os próprios cidadãos que se inscreveram que levavam as suas coisas e que as disponibilizavam para a venda ao público através das bagageiras dos seus carros. -----

---- Havia um conjunto de desconstruções muito interessantes da forma de viver o próprio bairro para as quais desafiava todos e agradecia os comentários que em geral tinham feito. -----

---- Quanto a intervenções de espaço público, motocão e pombos, do ponto de vista de manutenção de mobiliário urbano e pavimentos no espaço público programava-se fazer a mesma coisa que se tinha feito relativamente aos espaços verdes e que detalharia depois em resposta ao BE, mas que era basicamente conceber uma filosofia de manutenção que permitisse, do ponto de vista de definição dos tempos de resposta do prestador relativamente ao momento da identificação da ocorrência, pudessem estar prazos parametrizados no sentido de depois serem aplicadas sanções contratuais por incumprimento, criando um mecanismo de funcionamento que iria ficar em teste para saber se era ou não a melhor maneira de dar resposta a esse problema. -----

---- Ainda não estavam nesse modelo, priorizaram-se os espaços verdes, em primeiro lugar pela sua extensão e pela sua importância no contexto da Freguesia e por ter sido possível dar resposta mais pontual, caso a caso, ao resto das ocorrências no território em matéria de mobiliário urbano, mas fariam um procedimento mais consolidado. Essas coisas eram tecnicamente complexas, tomavam o seu tempo, envolviam diversos serviços da Junta de Freguesia que tinham os seus calendários e, como eram pessoas que executavam essas tarefas, também tinham que lhes dar espaço para irem respirando entre as solicitações. -----

---- Gostava de aproveitar o momento, porque por lapso não o fizera na sua intervenção inicial da Informação Escrita, como era sua vontade, para apresentar aos Membros da Assembleia de Freguesia e ao público presente as duas Senhoras que chefiavam as divisões da Junta de Freguesia, porque eram só Senhoras nas chefias dessa Junta de Freguesia. A Chefe da Divisão Administrativa era a Doutora Sara Magalhães, que viajara do Município do Porto, 300 quilómetros, para aceitar o desafio de chefiar a Divisão Administrativa da Freguesia de Alvalade. A Engenheira Susana Paulo chefiava a Divisão de Espaço Público e Equipamentos, que viera de mais perto, do edifício do Campo Grande, mesmo da própria Freguesia, trabalhava na Unidade de Intervenção Territorial Centro da CML. Estavam atualmente com essa grande responsabilidade que era reestruturar os serviços no âmbito dessa grande transformação. -----

---- Nessas pessoas deixava a sua estima e consideração a todos os trabalhadores da Junta de Freguesia, que eram incansáveis no nível de pressão que o Executivo ia introduzindo e ao qual eram sempre capazes de dar resposta. -----

---- Quanto ao, motocão já estava na Freguesia, a formação tinha sido no dia anterior de manhã para os trabalhadores que o iriam operar e era muito natural que se cruzassem com ele muito em breve no território da Freguesia e que ele pudesse dar a resposta que esperavam dele. -----

---- Relativamente aos pombos, pedia que depois sinalizasse os locais em concreto, porque havia uma georreferenciação das zonas críticas, que foram comunicadas à CML, que era o órgão competente para o tratamento desse tipo de questões. Vinha sendo reportado à Junta que o sucesso era bastante grande do ponto de vista de diminuição das colónias de pombos, como também fora no âmbito das colónias de gatos e que também era uma competência do Município resolver. Pedia só que depois, mais finamente, se identificasse quais eram os locais para se poder interceder junto do Município, para responder. -----

---- Relativamente ao envolvimento das Universidades, do ponto de vista da organização do Lisbonweek, fora um debate alargado e tripartido mas havia um critério

base em todas as situações que se fizessem, que era um critério de base patrimonial. Os espaços envolvidos tinham que envolver espaços que do ponto de vista da sua integração urbanística ou da sua arquitetura permitissem ser provocados por um evento cultural. Existiam Universidades na Freguesia que pelas mais diversas razões o seu património, apesar de tudo, não era um edifício do Porfírio Pardal Monteiro, ou não era um edifício com uma expressão urbanística ou arquitetónica que se integrasse nesse conceito. -----

----- Tinha-se estado em amáveis conversações com algumas dessas Universidades, uma das quais conhecia especialmente bem e com quem se tinham mantido profundas colaborações. Aliás, já tinham sido criticados pela bancada do PSD por terem tantas colaborações com essa Universidade. -----

----- Pelo menos do ponto de vista de circulação da informação, estava certo que pelo menos as revistas acabaram por ser distribuídas, porventura não em quantidade suficiente para chegarem a toda a comunidade estudantil, mas foram, como tinha acontecido com o primeiro número, distribuídas por todos os parceiros habituais da Junta de Freguesia, quer estivessem ou não especificamente envolvidos no Lisbonweek. Do mesmo modo a revista tinha sido distribuída por via postal nas caixas do correio. Havia sempre falhas nessas distribuições, costumava-se dizer sobre essas empresas que não havia nenhuma boa, havia umas menos más. Andava-se a tentar, a distribuição dessa fora muito mais eficaz do que a anterior e, portanto, estavam convencidos que havia um caminho de melhoria nesse sentido, mas o que importava era que estivessem permanentemente a melhorar. -----

----- Quanto à pergunta do BE, se os contratos relativos a espaços verdes da Junta de Freguesia do Campo Grande ainda estavam em vigor, de facto não estavam, como não estava em vigor nenhum contrato relativo a manutenção de espaços verdes de nenhuma extinta Junta de Freguesia que tivesse dado origem à atual Freguesia de Alvalade. Em princípio seria finalmente adjudicado na próxima segunda-feira o concurso público internacional, cuja repartição de encargos já tinha sido autorizada no ano anterior pela Assembleia de Freguesia. Podiam ver por essa distância, desde setembro, em que tiveram a amabilidade de aprovar a repartição de encargos, até ao dia em que a Junta de Freguesia estava em condições de adjudicar esse procedimento, o tempo que decorreria. O processo tinha tramitado com grande celeridade, mas eram processos de grande complexidade e dimensão, demoravam tempo. O mesmo se passaria porventura com o outro procedimento que referia ao Membro Aquino de Noronha, mas ao nível dos espaços verdes não havia já em vigor nenhum contrato relativo às extintas Juntas de Freguesia. -----

----- Relativamente à intervenção do PS, efetivamente a CML deliberara um investimento de 10 milhões de euros em repavimentação, o que permitia um acrescento ao plano de repavimentação da cidade que já estava em curso e ao qual se podia referir depois adiante, num ponto específico que havia sobre repavimentação da Rua Alberto Oliveira, mas permitia incluir grandes vias de circulação. As vias que o Senhor Vereador Duarte Cordeiro identificara à imprensa eram exemplos, havia mais vias de grande porte na Freguesia nessa revisão do plano de repavimentação da cidade, designadamente a Segunda Circular, que era a fronteira norte numa grande porção do território, mas também a Avenida do Rio de Janeiro, alguns troços do Campo Grande, por aí fora, que seriam reforçados por esse investimento adicional que a CML deliberara. -----

----- Parecia-lhe que essa aprovação teria sido mesmo nessa manhã. Não tinha visto a ata em minuta, não tivera oportunidade, mas imaginava que fosse uma coisa deliberada na sessão desse dia. Se não fosse, seria a muito breve prazo. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** transmitiu as saudações da Assembleia de Freguesia, parecia-lhe interpretar a vontade de todos, à Doutora Sara e à Engenheira Susana Paulo. Que fossem bem-vindas à Junta. -----

----- **Ponto 2 – Apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e da respetiva avaliação;** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que era o inventário do ano anterior subtraído dos abates dos equipamentos perecíveis que pereceram e acrescentado das aquisições de imobilizado corpóreo que deviam nele ser integradas. -----

----- **Ponto 3 – Apreciação, discussão e votação dos documentos de prestação de contas do ano de 2014;** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** explicou que nessa prestação de contas se encontravam os elementos obrigatórios pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais em regime simplificado. No ano de 2014 a Junta de Freguesia de Alvalade ainda não estava obrigada ao regime geral do POCAL, que, como veriam no fim da ordem de trabalhos, estava obrigada para o ano 2015 e o que implicava algumas alterações importantes. -----

----- A execução orçamental acompanhava a evolução que a Assembleia de Freguesia fora paulatinamente conhecendo na documentação de informação financeira que acompanhava a totalidade das informações escritas por si apresentadas ao longo do ano de 2014, donde existia uma baixa execução orçamental que era fruto essencialmente do faseamento próprio da transferência de meios e competências da CML que estavam orçamentadas para ser desempenhadas ao longo de todo um ano, tendo havido um conjunto importante de competências que acabaram por só surgir em março, outras em junho e outras já só em janeiro de 2015, como era o caso do licenciamento. -----

----- Os trabalhadores do Município de Lisboa que foram sendo transferidos também o foram paulatinamente. Os processos de recrutamento ainda estavam muitos por concluir e, portanto, muito do orçamento da despesa que estava previsto para despesas com remunerações certas e permanentes ficara por executar. -----

----- Por outro lado, da mesma maneira, o ambicioso plano de investimentos que constava, como viram na Assembleia de Freguesia de dezembro, do Orçamento de 2014, uma vez que não existiam pessoas a participar nos procedimentos próprios da sua execução em termos de contratação pública e em termos de legalidade financeira, também fizeram com que muito desse plano de investimentos, como se vira na apreciação das Opções do Plano em dezembro último, transitassem para o ano 2015. Portanto, a verba arrecadada no final do exercício de 2014 era bastante volumosa e era depois distribuída em termos da revisão orçamental, quer por aquelas faturas que no *roulement* normal do mês acabaram por não estar executadas a 31 de dezembro e eram já só pagas às custas de rubricas do Orçamento 2015, que eram devidamente reforçadas naquilo em que foram consumidas por despesas que, na verdade, eram despesas do ano 2014 e o plano de investimentos prosseguiria o seu ritmo normal, de acordo com a capacidade operacional de execução por parte da Junta de Freguesia dos procedimentos necessários à sua execução. -----

----- Aquilo que daí resultava era por um lado uma gestão muito parcimoniosa dos recursos financeiros que a Junta de Freguesia tinha à sua disposição e depois um fenómeno a que chamaria uma espécie de “pescadinha de rabo na boca”, porque não tinha havido pessoas sobrando muito dinheiro, porque não tinha havido pessoas não se executaram completamente o investimento e, portanto, no corrente ano retomariam a normalidade do funcionamento, como a reforma do montante daquela que executaram. A que executaram não podia deixar de ser e já era evidente na apreciação da Informação Escrita que em dezembro fora distribuída, todos esses sinais já eram evidentes. -----

----- Cumprimentou o Senhor Tesoureiro pela apresentação desses documentos de prestação de contas, não por eles terem qualquer característica especial, mas porque tivera a felicidade de cumprimentar individualmente todos os Membros do Executivo na sua intervenção anterior, reservara um cumprimento para o trabalho notável de adaptação dos serviços que estavam preparados para uma contabilidade bastante menos dimensionada e para uma transformação que paulatinamente crescera em volume, crescera em número de trabalhadores, crescera em complexidade e que em 2015 já contemplava a transição para um regime contabilístico de contabilidade patrimonial bastante mais exigentes. -----

----- Aquilo que apresentariam no próximo ano era totalmente diferente daquilo que se apresentava no corrente ano, porque assim obrigava o POCAL e assim obrigava a Lei das Finanças Locais. -----

----- **Membro João Morais (BE)** disse que a externalização de serviços, resposta sistemática para fazer face às necessidades permanentes da Freguesia, não podia merecer o apoio do BE. Estava por provar que externalização de serviços tinha melhores resultados e ainda mais estava por provar que originava poupança. -----

----- Nas contas apresentadas pelo Executivo da Junta de Alvalade, por um lado apareciam valores consideráveis em contratação de serviços de consultadoria em contabilidade e ao mesmo tempo verificava-se que no mapa de pessoal, no serviço de finanças, estavam previstos um técnico superior e quatro assistentes técnicos e apenas estava preenchido um lugar de assistente técnico. -----

----- No entendimento do BE, as contas de 2014 da Freguesia de Alvalade não estavam à altura de responder às necessidades da população, em especial da mais fragilizada, face à crise que o País vivia. -----

----- Segundo o Relatório de Gestão apresentado, as despesas pagas relativas à ação social e habitação foram apenas 1,81% da totalidade. Esses números não apreciam aceitáveis nem justos. -----

----- Assim sendo, o BE votaria em conformidade contra esse ponto. -----

----- **Membro Aquino de Noronha (PCP)** disse que era salientada a execução orçamental em três pontos, a educação, a cultura e o desporto, o que denotava uma intensa atividade. Permissem-lhe que felicitasse os seus camaradas, que não estando a tempo inteiro, colaborando sem benefício pessoal, apresentavam essa grande atividade nesse período. -----

----- Outra nota era em relação à falta de preenchimento dos quadros. Havia que resolver essa situação, para que todos os serviços da Junta pudessem funcionar devidamente. ----

----- Uma terceira nota era o famoso superavit. O superavit que aparecia tinha chegado aos 350 mil, o que ia dar razão a que essa questão, quanto ao excedente do superavit, não era a forma mais correta. -----

----- Obviamente que o PCP iria votar a favor. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que, quanto às questões filosóficas da gestão pública, abstinha-se de tecer quaisquer comentários. Eram opções de diversa natureza, estava efetivamente por provar que a gestão por externalização de serviços fosse melhor do que por serviços públicos em alguns setores, como o contrário também estava por provar noutros setores em que a gestão por serviços públicos também tinha demonstrado ser nalgumas dimensões mais eficiente. -----

----- Não podia deixar de fazer uma nota a propósito de duas coisas. A natureza da apreciação de uma Conta era em primeiro lugar relativa à conformidade da legalidade da execução financeira e da sua correspondência relativamente aos suportes contabilísticos que a fundamentavam. Não era essencialmente uma avaliação sobre o desempenho de uma ou outra opção, essas eram essencialmente opções de natureza

orçamental e programática. Também não lhe cabia a si explicar isso a ninguém, mas não ficaria em sã consciência satisfeito se deixasse de dar essa sua visão daquilo que era a apreciação de uma Conta. -----

----- Era muito natural que se gastasse dinheiro em consultadoria de contabilidade quando só se tinha ainda uma vaga preenchida no mapa de pessoal ao nível da categoria de assistente técnico no setor da contabilidade. Essa vaga não era uma vaga, tinha um nome, era Alexandra. A Alexandra fizera um trabalho absolutamente notável de agregação das contabilidades das três extintas Freguesias, Alvalade, Campo Grande e São João de Brito, com o apoio evidentemente de uma consultadoria externa, sob pena de não conseguir fisicamente ter atingido esses resultados e, como fora discutido no contexto orçamental e nas Grandes Opções do Plano e estava previsto no próprio mapa de pessoal, o volume dessa consultadoria de contabilidade não era um propósito estratégico do desenvolvimento do setor que o Membro João Morais escolhera para exemplo, donde a sua teoria morria no exemplo que pretendia escolher. -----

----- Ao estarem lá previstas as vagas de técnico superior, de assistente técnico e, pasmassem, de reforço desse setor no mapa de pessoal que era proposto na Revisão Orçamental que iam discutir a seguir, significava exatamente que a determinação da Junta de Freguesia era exatamente a contrária daquela que tinha sido acusada e que escolhera para fundamentar o voto contra, que era uma escolha de natureza política e justificá-la-ia como entendesse. -----

----- O técnico superior chegaria na segunda-feira, ia do Governo Regional da Madeira. A mobilidade interna na administração pública tinha demorado mais tempo porque, ao que se ouvia dizer nas últimas semanas, a Madeira e o seu Governo Regional em concreto tiveram ocupações excecionais e, portanto, o Senhor Secretário Regional demorara um pouco mais a regressar ao gabinete e a despachar essa mobilidade, mas era como se via, a procura de prover as vagas do mapa de pessoal com trabalhadores da administração pública, funcionários públicos que prezavam e respeitavam, fazia recrutar ao Município do Porto, ao Governo Regional da Madeira e noutros municípios, como o Município de Oeiras, em freguesias, por aí fora. Havia um esforço muito evidente para quem acompanhava de uma forma regular, que não fosse autarca de conjunto de meses em conjunto de meses, de haver uma determinação muito grande em cumprir o preenchimento do mapa de pessoal. -----

----- Como se sabia, e ainda bem, a administração pública não contratava com um estalar de dedos e o Executivo da Junta não contratava fora dos quadros de legalidade da contratação de pessoal definidos pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas. Designadamente, onde não contratasse dentro da administração pública por procedimento de mobilidade, contrataria por concurso. Demorava e gostava que demorasse menos, mas ainda não era a Assembleia da República e, portanto, não era o lugar onde se fizessem essas escolhas. -----

----- Muito gostaria que a administração pública tivesse outras ferramentas de flexibilidade para decidir com celeridade o preenchimento das suas vagas de pessoal. Não imaginavam à custa de quem a falta de preenchimento dessas vagas no mapa de pessoal se vinha fazendo, era feito à custa dos trabalhadores que estavam na Junta, em número insuficiente para as necessidades, e à custa dos Membros do Executivo. Como dissera e bem o Membro Aquino de Noronha, quase nenhum exercia a tempo inteiro, dois exerciam a meio tempo, e era do seu esforço também físico e da sua abnegação pessoal e familiar que se iam fazendo essas informações escritas com centenas de páginas que iam sendo levadas às Assembleias de Freguesia. -----

----- Teorias da conspiração a propósito da determinação de estar a externalizar e a privatizar serviços, tivesse o Membro João Morais paciência mas não lhe deixaria

passar. Da mesma maneira que leituras cegas a propósito de números, que não era a primeira vez que brindava com esse exercício, também não lhe pareciam aceitáveis. ----

---- Tinha sido amplamente discutida uma transformação na forma de apresentação do orçamento da ação social, onde grandes iniciativas muito volumosas no passado eram colocadas nas rubricas da ação social, como era o “Envelhecimento Ativo e Saudável” e o “Praia-Campo”, que passaram a ser apresentadas no orçamento da cultura por terem sido consideradas pelo Executivo animação sociocultural. Era uma mera forma distinta de apresentar os números. Depois via-se na cultura 85% de execução da despesa e era um setor onde o nível de execução era superior, aproximando mais do grau de execução orçamentado, porque existia muita atividade cultural que era também atividade de natureza sociocultural e que promovia aquilo que eram as tradicionais políticas de ação social das Juntas de Freguesia.-----

---- Também já tinham sido muito claros a propósito de qual era a estratégia da Junta de Freguesia, que assentava muito essencialmente na construção de programas que decorressem do diagnóstico que a Comissão Social de Freguesia fizesse, mas havia uma coisa que habitualmente não era própria do discurso, quer do BE, quer do PCP e que às vezes perpassava no discurso do PS com pena sua. Não eram as Juntas de Freguesia que tinham que ser colocadas na posição de se substituir a quem tinha o dever de assegurar igualdade de oportunidades e de apoio a situações de carência. Era ao Estado que a Constituição da República Portuguesa atribuía essa responsabilidade e as autarquias locais faziam-no suplementar ou complementarmente. -----

---- Informou que seria apresentado muito brevemente um conjunto de programas que se baseariam em regulamentos que tinham de ser a Assembleia de Freguesia a aprovar, depois de passarem pela complexa tramitação de consulta pública que o Código de Procedimento Administrativo, entrado em vigor nesse dia, lhes colocava e que teriam soluções muito concretas já discutidas na Assembleia de Freguesia. Na Revisão Orçamental que iriam apresentar reforçava-se em 220 mil euros a rubrica do Fundo Social de Freguesia, para chegar aos 250 mil acordados, por proposta do CDS na última Assembleia de Freguesia e à qual o Executivo tinha anuído fazer em duas etapas. -----

---- Falta de investimento na ação social era uma crítica que não aceitava por parte do BE, em especial quando nem sequer identificava quais eram as alternativas que julgaria aptas, sem substituir o Estado nas suas obrigações, para satisfazer aquilo que eram os deveres de complementaridade no âmbito social em concreto para a Freguesia de Alvalade e sem discutir isso em abstrato. -----

---- Quanto ao superavit, era de um milhão e meio de euros, que não houvesse nenhuma dúvida quanto a isso. Na verdade, o dinheiro que tinha sobrado era muito maior do que aquilo que estavam à espera. -----

---- O superavit estrutural era uma coisa diferente, sendo rigoroso, mas isso já tinha sido publicamente anunciado. O PS e o PSD tinham assinado recentemente um acordo relativamente à revisão dos valores da Lei 56/2012 para os adequar ao volume do superavit. Era uma coisa perfeitamente aberta e discutida. -----

---- Os contratos de delegação de competências, incluindo o dos espaços verdes, tinham cláusulas que permitiam proteger, como tinham aliás discutido no momento próprio na Assembleia de Freguesia, cláusulas que protegiam a Junta de Freguesia relativamente à execução do superavit. Ele, a não existir, como se verificaria depois de ser uma parte dele suprimida com a revisão da Lei, que em princípio só produziria efeitos para 2016, a Câmara tinha as rubricas identificadas onde devia suplementar os pagamentos que tinha de realizar à Junta de Freguesia. Estavam perfeitamente tranquilos relativamente a esse processo e, aliás, seria uma das primeiras conversas a ter com o novo Vereador das Finanças, por quem tinha muita simpatia e que tinha tomado posse nessa manhã.

Deixaria sentar-se e depois lá iria cobrar-lhe os valores que tinham a cobrar relativamente a esse acordo que PS e PSD subscreveram, mas ao qual a Assembleia da República teria que dar corpo. -----

----- No momento estavam em linha com o que as Opções do Plano de 2015 definiam e não parecia haver grandes riscos do ponto de vista do cumprimento dos protocolos de delegação de competências. Uma coisa também dizia com toda a certeza, se a Câmara se furtasse aos pagamentos que tinha que realizar, também os denunciaria, a Junta não ia fazer do seu Orçamento próprio aquilo que na verdade eram obras e iniciativas que estava a fazer por conta do Município de Lisboa através de delegação de competências.

----- **Membro Francisco Bento (PSD)** disse que não era para intervir, mas visto que o Senhor Presidente tinha falado de uma questão que lhe parecia interessante relativamente à necessidade de contratar prestadores de serviços para suprir algumas vagas que ainda não estavam preenchidas, perguntava então, para esclarecer também a Assembleia, quantos prestadores de serviços já tinha contratado desde o início do ano e quantos ainda pensava vir a contratar até ao termo do exercício. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** esclareceu que daria uma resposta de cor, sem prejuízo de depois poder dar uma informação mais precisa, se o Membro Francisco Bento fizesse a gentileza de colocar a questão por escrito durante a próxima semana, para poder afinar melhor os dados. -----

----- Ao nível do preenchimento de vagas do mapa de pessoal que estivessem providas por prestadores de serviço, de memória estariam a falar de três ao nível da Divisão de Espaço Público e Equipamentos, na categoria equivalente a técnico superior, um ao nível do setor das Finanças e um assistente técnico ao nível dos Serviços Gerais. Havia, porém, contratos de prestação de serviços que provieram do Município de Lisboa ao nível das auxiliares de ação educativa dos jardins de infância que transitaram e ao nível dos reforços feitos para cumprir os ratios ou para prover a situações de necessidades educativas especiais, que modificavam as necessidades de recrutamento. Sobre isso falaria na revisão orçamental, porque uma das alterações ao mapa de pessoal era justamente para se regularizar essas situações que reputavam de falsos recibos verdes. --

----- No momento estava em curso um conjunto muito alargado de processos de mobilidade. A situação variava ao dia, porque eram abertos concursos, eram abertas vagas na bolsa de emprego público, eram recebidas candidaturas, eram realizadas entrevistas. Já se tinham recrutado bastantes trabalhadores através do mecanismo de mobilidade interna na administração pública, muitos do Município de Lisboa, mas muitos também provenientes de outros lugares. -----

----- Tinham-se aberto dois concursos para o provimento definitivo dos cargos de chefia. os anúncios foram publicados no Diário da República na semana anterior e nas vagas que se verificasse que não conseguiam preencher através de mobilidade, como sucedera por exemplo nas vagas que foram abertas para cantoneiros de limpeza, que não tiveram quaisquer candidatos ao nível da categoria de assistente operacional para as funções de cantoneiro de limpeza, teriam que ser abertos concursos que tinham uma duração exetável de um a dois anos quando corriam menos bem. Portanto, era muito natural que, infelizmente e contra a vontade da Junta, houvesse necessidade de recrutar através do único expediente que subsistia para recrutar pessoas e atividades, que eram as prestações de serviços. -----

----- Não se faziam por vontade nem por gosto, faziam-se porque não havia alternativa. Mesmo para a celebração de contratos de trabalho em funções públicas a termo certo, a regra do concurso mantinha-se e o problema da temporalidade persistiria. -----

----- Era um quadro que tinha evoluído ao ritmo do dia e da semana, porque dependia de aparecerem ou não candidatos às vagas de mobilidade que eram abertas na bolsa de emprego público. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação os **Documentos de Prestação de Contas do ano 2014**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PS, PCP e CDS-PP), 1 voto contra (BE) e 7 abstenções (PSD). -----

----- **Ponto 4 – Apreciação, discussão e votação da proposta de 1ª Revisão ao Orçamento de 2015, com incorporação do Saldo de Gerência:**-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que no esclarecimento anterior tinha faltado um exemplo, tinha havido também o provimento ao nível dos sistemas de informação, que era um dos núcleos da Divisão Administrativa e que tinha sido também contratado ao nível da prestação de serviços para a vaga de sistemas de informação, por não ter sido possível recrutar em mobilidade. Seriam depois abertos concursos para prover as vagas com trabalhadores em funções públicas no devido momento. -----

----- Quanto às alterações em presença, muito sumariamente o exercício era razoavelmente simples. Em primeiro lugar eram providas as rubricas que sofreram com o pagamento de faturas relativas a 2014 e que já tinham sido pagas à custa do Orçamento de 2015, na mesma dimensão eram repostas. Havia a imputação do saldo de gerência, preenchendo aquelas rubricas do PPI que no Orçamento apresentado em novembro último tinham financiamento a atribuir, essas rubricas tinham ficado em aberto e eram providas. Eram reforçadas relativamente a aspetos que explicaria em detalhe no ponto seguinte, mas que tinham a ver com a possibilidade que o volume do saldo de gerência transitado de 2014 para 2015 permitia reforçar a quantidade e a qualidade de alguns investimentos que estavam programados, dotando os equipamentos de melhor qualidade. -----

----- Ainda era criada uma rubrica de PPI para o pagamento das viaturas do plano de investimentos da Higiene Urbana, que era suposto terem sido fornecidas em 2014 e tinham orçamento para tanto mas só foram fornecidas em 2015 e já não encontravam rubrica no Orçamento para serem pagas e o prestador tivera que aguardar o tempo, quase como pena pelo seu atraso no fornecimento, até que a Assembleia de Freguesia preenchesse essa rubrica para se poder liquidar o investimento. -----

----- Depois havia as alterações que eram decorrentes das alterações do mapa de pessoal, que passava a explicar:-----

----- As alterações ao mapa de pessoal eram de duas ordens, ou afinamentos relativamente àquilo que as alterações de funcionamento da Junta de Freguesia para o ano 2015 obrigavam, outras alterações de dimensionamento da estrutura que também obrigavam a algumas alterações, algumas escolhas que o Executivo decidira a determinada altura fazer e que implicavam uma alteração do mapa de pessoal e a regularização dos falsos recibos verdes ao nível das auxiliares de ação educativa. -----

----- Nas Finanças era aumentada uma vaga da categoria de assistente técnico em relação ao mapa de pessoal aprovado, pela razão de transitarem a partir da aprovação da Conta que tinham acabado de fazer no ponto anterior para um regime geral do POCAL e um regime de contabilidade patrimonial e era uma decisão interna do Executivo para segregar funções, separar a receita da Tesouraria da despesa. Isso implicava o recrutamento de um funcionário adicional para esse setor, dando-lhe dimensionamento para que se no futuro viesse a ser desejável do ponto de vista dos recursos humanos criar aí uma chefia intermédia de terceiro grau, também ter dimensionamento para o fazer, até para terem trabalhadores motivados pela perspectiva de terem evolução na carreira. -----

----- Na educação degradava-se uma vaga de assistente técnico para uma vaga de assistente operacional, porque havia duas assistentes técnicas que provinham do extinto jardim de infância da Freguesia do Campo Grande. Uma delas requeria mobilidade para a Divisão Administrativa, o que permitia libertar uma vaga de assistente técnico por razões particulares para aquela que era a categoria dos trabalhadores que desempenhavam efetivamente essas funções, que era de assistente operacional. Portanto, havia uma vaga de assistente técnico que se transformava numa vaga de assistente operacional. -----

----- Da mesma maneira que todas as prestadoras de serviços que transitaram até ao limite do ratio de uma auxiliar por sala eram definidas no mapa de pessoal, porque esse era o ratio que se tinham comprometido cumprir e era para ser cumprido através de trabalhadores com uma relação jurídica de emprego público, porque era absolutamente necessário para a gestão daqueles equipamentos sem recorrer quer a falsos recibos verdes, quer a outras entidades, e serem exercidos por trabalhadores com relação jurídica de emprego público. -----

----- Acrescentava-se um encarregado operacional ao nível da Higiene Urbana, porque era uma obrigação legal decorrente da circunstância de irem ultrapassar os 42 assistentes operacionais provavelmente durante esse ano, se conseguissem recrutar. Era um ratio de um encarregado operacional para dez assistentes operacionais e tinha que se reforçar uma vaga. -----

----- Ao nível do desporto repunham-se as vagas de assistentes operacionais que a certa altura se propusera à Assembleia de Freguesia eliminar, porque havia evoluções ao nível daquilo que ia ser a estratégia de gestão dos equipamentos desportivos. Era necessário que a gestão do polidesportivo da Teixeira de Pascoais fosse assegurado por um desses trabalhadores, ou eventualmente dois desses trabalhadores num regime de turnos por causa dos horários de utilização desse equipamento desportivo. -----

----- A certo momento era intenção propor a um clube que se ocupasse da gestão desse equipamento, mas o clube rejeitara e isso obrigava a rever aquilo que era a filosofia e em vez de terciarizar, ainda que para entidades sem fins lucrativos, iriam fazer a gestão direta desse equipamento. -----

----- Por outro lado, como o modelo de gestão do Complexo Desportivo de São João de Brito seria do tipo condominial, era importante que a Junta de Freguesia acabasse por ficar a estabelecer a ponte relativamente a todos os clubes que iam ocupar a utilização daquele complexo, o Clube de Râguebi de São Miguel, o Hockey Club de Portugal e o Núcleo Cicloturista de Alvalade. Mantinham um ponto de contacto público, o qual podiam articular com a Junta de Freguesia e relativamente ao qual podiam articular entre si. -----

----- Por outro lado, as grandes exigências ao nível das Olissipiadas obrigavam à existência de assistentes operacionais que pudessem satisfazer exigências de acompanhamento dos atletas da Freguesia, a distribuição dos lanches nas iniciativas em que habitualmente participavam. -----

----- Era importante que o setor do desporto fosse reforçado com capacidade humana para cumprir as suas responsabilidades, que fazia com empenho e com sucesso. Isso obrigava à reposição das vagas no mapa de pessoal, sem prejuízo de porventura depois se ir avaliando. A gestão pública era assim mesmo, a evolução das organizações implicava afinamentos do ponto de vista da sua estrutura e, como sempre dissera, esse era um trabalho em curso. Diria que estavam já numa segunda fase da gestão dos recursos humanos da Junta de Freguesia que se fora aprimorando e que contava já com uma robustez e com um afinamento mais claro. -----

----- Não escondia a complexidade do ponto de vista dos recursos humanos, quer pelas exigências dos sistemas de avaliação dos trabalhadores da administração pública, quer pelas dificuldades que um grande volume simultâneo de concursos de recrutamento pudesse exigir e outras atividades próprias dos recursos humanos, designadamente a atividade disciplinar, passara a ser uma realidade que entrara pelas portas da Junta de Freguesia adentro, que era atípica no passado mas que passara a ser uma realidade. Poderia vir a obrigar no futuro, deixava isso já presente, a reforçar o setor dessa área. ---

----- No imediato seria o reforço das Finanças ao nível do processamento dos vencimentos, que iria desonerar os recursos humanos dessa responsabilidade. Veriam no futuro quais eram as necessidades que efetivamente se concretizavam. -----

----- **Membro José Correia (CDS-PP)** disse que era de enaltecer o compromisso do reforço do Fundo Social, proposto pelo CDS e cumprido pela Junta. -----

----- O CDS gostaria que o Fundo Social fosse publicitado nos meios de comunicação da própria Junta para conhecimento de todos os munícipes. -----

----- Por outro lado, gostaria de avançar com uma proposta a articular com o Executivo, fazendo um regulamento do Fundo. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** agradeceu o reconhecimento por parte do CDS de que fora um compromisso assumido e honrado pelo Executivo. -----

----- Informou que estava em discussão no seio do Executivo uma primeira versão de um regulamento e que seria colocado em consulta pública a muito breve prazo. O que sugeria era que o CDS pudesse participar dessa consulta pública, como aliás todas as demais forças políticas e os cidadãos presentes, no sentido de reforçar a qualidade desse regulamento. -----

----- Já se tinham identificado algumas prioridades de intervenção do Fundo Social de Freguesia, designadamente as pequenas reparações nos domicílios de pessoas carenciadas, que eventualmente poderia vir a ser assegurado não por via do Fundo Social de Freguesia, mas por via de uma parceria com uma entidade que quando estivesse pronto seria aprovada pela Assembleia de Freguesia, porque era o órgão competente, se concordassem. O apoio à aquisição de medicação, o apoio de emergência aos fornecimentos e serviços essenciais, como água, luz e gás. O apoio de emergência ao nível de habitação. -----

----- O diagnóstico do ponto de vista da construção de uma filosofia de atendimento ao nível da ação social na Freguesia era de que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa tinha um primeiro atendimento muito distante no tempo em relação à identificação da necessidade. Uma pessoa solicitava esse atendimento e esperava um mês, um mês e meio e muitas vezes dois meses pela primeira consulta com a sua assistente social. Era aí que a Junta de Freguesia sentia ser urgente posicionar-se, nesse período original emergente de carência, e eram para essas respostas especiais que se estava a orientar o regulamento do Fundo Social de Freguesia, muito mimetizado nos seus mecanismos do Fundo Social de Emergência da CML, para permitir dotar a Junta de Freguesia da legitimidade e da capacidade de suprir momentos de grande intensidade emocional, psicológica e muitas vezes muito dramáticos das pessoas que iriam, infelizmente, necessitar desse tipo de apoios. -----

----- **Membro Francisco Bento (PSD)** disse que, em nome do PSD, queria reforçar que nessa parte do apoio social gostaria de ter uma intervenção ativa também no regulamento. Deixava uma preocupação para especial atenção aos idosos, que se revestisse de alguma especialidade para com os idosos que necessitavam desse apoio. ---

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que queria colocar à consideração do BE e dar conhecimento à Assembleia da seguinte situação: tinham entrado dois documentos que por razões de ordem técnica, informática, tiveram um encaminhamento

algo tortuoso, por razões que o ultrapassavam mas sem nenhum preconceito relativamente à matéria por parte dos serviços e relativamente aos quais apenas durante a reunião tivera conhecimento. -----

----- Eram dois documentos apresentados pelo BE, uma proposta de recomendação e uma proposta de moção. Acabara de os ler e podia dizer que nem um nem outro eram moções, não correspondiam ao formato daquilo que era uma moção. Aquela a que chamavam moção era uma proposta de deliberação sobre um determinado assunto na área da saúde pública, da higiene urbana, designadamente dos dispensadores de sacos para dejetos de animais, etc. -----

----- Faria uma consulta rápida ao Regimento para ver até que ponto se poderia acomodar a primeira, que era uma recomendação mas que na verdade devia ser uma moção, mas não iam entrar na semântica das coisas e depois poderiam falar sobre essa matéria em privado. O que perguntava ao Membro do BE era se não entendia que aquela que designava por moção mas não era, independentemente das questões do encaminhamento técnico, se não entendia que essa matéria podia ser discutida do mesmo modo que o aprofundamento de algumas questões que foram referidas em sede de matéria de ordem social. -----

----- Estava certo que o Senhor Presidente da Junta acolheria com certeza, com todo o gosto as sugestões e assim dava-se uma solução a esse documento. Essa seria uma saída para poderem avançar. Se não achasse bem, ele teria um tratamento qualquer que no momento ainda não sabia bem qual era. -----

----- **Membro João Morais (BE)** disse que o entendimento por parte do BE era que a forma como se apresentaram os documentos era a que entendera mais correta. Por uma questão de semântica não via nenhum motivo para alterar os pedidos feitos. Tinha apresentado os dois documentos na segunda-feira, de acordo com o estipulado no Regimento, e não estava a entender o motivo de alterar. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** observou que não estava a alterar coisa nenhuma, nem era uma questão de semântica. Se o Membro do BE queria manter os documentos tal como estavam, era muito simples, eles não tinham acolhimento no âmbito da Assembleia de Freguesia porque nenhum deles era uma moção, aquilo que se designava por moção não o era e não bastava um documento ser encabeçado com a palavra “moção” para passar a ser. Era uma proposta de deliberação e não tinha acolhimento no quadro da ordem de trabalhos que fora proposta. -----

----- Aquilo que tinha proposto era uma saída no caso de entender, se não quisesse era do seu livre arbítrio. Bastava dizer que não queria acolher essa sugestão e estava o assunto resolvido. -----

----- **Membro João Morais (BE)** disse que o entendimento era de que seriam duas recomendações. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que lhe acabavam de dizer que as recomendações não entravam no âmbito da ordem de trabalhos e os documentos tinham sido apresentados como se de moções se tratassem e não eram. Portanto, se queria acolher essa sugestão, muito bem, se não queria bastava dizer e o assunto estava resolvido. -----

----- O que erradamente estava designado por moção sobre a preservação da saúde pública e promoção da higiene urbana que fosse tratado com a Junta no âmbito do detalhe que a proposta de revisão ao Orçamento podia conter. O assunto ficava ultrapassado e podia dar seguimento à sua pretensão. Se não desejava seguir essa tramitação, o assunto estava resolvido também de outra maneira, em que o documento não tinha aceitação no âmbito da ordem de trabalhos. Não cabia na ordem de trabalhos uma proposta de deliberação *ad hoc*, solta. -----

----- **Membro João Morais (BE)** disse que o objetivo era o assunto ser discutido e deliberado, independentemente da forma.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** explicou que podia ser feita essa proposta para uma próxima reunião da Assembleia de Freguesia, mas não para a atual, porque não constava da ordem de trabalhos.-----

----- Seguidamente, submeteu à votação a **Proposta de Revisão ao Orçamento de 2015, com a incorporação do Saldo de Gerência**, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade.-----

----- **Ponto 5 – Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais e respetiva repartição de encargos relativa à empreitada de edificação do Pavilhão Desportivo Municipal da Freguesia de Alvalade;**-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que eram necessárias duas precisões. A primeira era que o objeto da deliberação da Assembleia de Freguesia era a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais e a repartição dos respetivos encargos pelos exercícios dos anos económicos 2015 e 2016. Era a isso que se cingia a competência da Assembleia de Freguesia nessa matéria. Todavia, como comportava uma discussão a propósito do montante, entendia dever transmitir um pouco do que fora a evolução desse projeto ao longo dos meses em que se estivera a trabalhar nele, porquanto fora um projeto de grande complexidade, que envolvia muitas entidades. Desde a Freguesia de Alvalade até à administração do Aeroporto de Lisboa, toda a gente se pronunciara sobre esse projeto.-----

----- Era preciso explicar porque de um ponto de partida que se estimava em 300 mil euros se propunha um volume de investimento que estava em frente dos Membros da Assembleia. Em primeiro lugar porque se dispensara o contributo que o Departamento de Desporto nessa matéria tinha feito, em que apresentava uma solução de um polidesportivo aberto, fechado apenas por umas lonas tencionadas, em que qualquer caneta furava. Agradecera-se, discutira-se o assunto com o clube e arquivara-se esse projeto, com toda a estima, junto de outros projetos que já havia relativamente àquele pavilhão no passado e que estavam todos conservados para um dia se contar a história daquele pavilhão.-----

----- Encomendara-se a elaboração de um programa preliminar e tornara-se claro que, no limite e porque estavam a ser muito parcimoniosos, poderiam lançar um procedimento de aquisição de serviços de arquitetura e engenharia, pondo um teto de 400 mil euros para cumprir o essencial dos requisitos da legislação a propósito desse tipo de equipamentos, no pressuposto que a Associação de Futebol de Lisboa transmitia desde o princípio, de que para poder competir nas divisões que o clube ambicionava e naquela que já competia tinha que ser completamente fechado.-----

----- Toda a natureza do projeto deixava de ser o discutir um polidesportivo coberto, que poderia ter ventilação natural, podia ter soluções técnicas de vária ordem, para se discutir um pavilhão completamente fechado. De outra maneira iam fazer um investimento mais comedido mas que a Associação de Futebol de Lisboa e a Federação Portuguesa de Futebol, quando fiscalizassem o equipamento para efeitos de licenciar a sua utilização para a competição diriam que não se podia jogar ali e, portanto, o investimento era absolutamente inútil. Teriam uma coisa um pouco mais sofisticada, mas o clube teria que continuar a procurar outros pavilhões para jogar as competições nacionais.-----

----- Lembrou que o Fosecas e Calçada era o único clube do Concelho de Lisboa que disputava a segunda divisão nacional de futsal e apresentava resultados na presente época desportiva, arriscando-se seriamente a continuar a subir de divisão.-----

----- Se estavam a fazer um equipamento que desse uma resposta à atividade desportiva daquele clube, não podiam fazer apenas para o presente, mas que tivesse capacidade para continuar a dar alguma resposta no futuro, admitindo que se o clube atingisse a primeira divisão, como todos gostariam, isso pudesse ser um problema ao nível dos seniores. -----

----- Consultara-se a Associação de Futebol de Lisboa e colocava-se outro problema num segundo momento, que era de ser possível cumprir todos os requisitos legais com um investimento inferior mas o pavilhão só podia ser utilizado no máximo durante duas horas consecutivas. De outro modo precisava de ventilação artificial, para poder ter uma utilização intensiva. -----

----- Voltara-se a refletir sobre o assunto e a pergunta era se queriam um pavilhão com uma limitação desse género, gastando algumas centenas de milhar para o efeito. Tinham meios para dotar um pouco mais e a execução orçamental dava uma resposta afirmativa a essa pergunta. -----

----- Por outro lado, o clube também sugerira algumas alterações à primeira versão do projeto, para poder ter mais espaços de arrumo, salas de reuniões, alguns espaços multiusos debaixo das bancadas, o que implicava encarecer o projeto, elevar as bancadas a um patamar ligeiramente superior e dando espaço para que os vãos fossem utilizáveis. -----

----- A determinada altura estavam em face de uma escolha muito clara e que tinha uma natureza intrinsecamente política, que era se queriam fazer um equipamento que desse resposta ao clube, que desse resposta ao problema gravíssimo da área desportiva útil no contexto de todo o Concelho de Lisboa. Dizia a Associação de Futebol de Lisboa, ao ver o projeto, que também alugava umas horas para fazer os cursos dos árbitros e aí percebera-se que o nível de resposta que estavam a dar podia ser de grande dimensão no contexto da cidade, mas para servir o clube e outros clubes da Freguesia e toda a comunidade local. Era o clube da Freguesia que disputava competições àquele nível mais importantes e, portanto, parecia fazer sentido dotar a Freguesia de um equipamento em condições para que a atividade desportiva do clube pudesse continuar no mesmo sentido que se ia verificando. -----

----- A segunda pergunta respondia-se quase a si própria. Se não houvesse meios para o fazer, bem que gostariam mas não podiam, mas havia uma execução orçamental que apontava desde cedo para a possibilidade de canalizar muito do que era o Orçamento de 2014 para o reforço desses investimentos, para os quais já estavam comprometidos com a população e com o clube e que eram transversais do ponto de vista da sua avaliação pelas diversas forças políticas presentes na Assembleia. Decidira-se avançar com essa proposta, no sentido de executar por esse preço base, o valor que ia à concorrência no âmbito do concurso público. -----

----- As peças que se juntaram para ilustração de qual era a natureza do investimento, designadamente o programa preliminar e o caderno de encargos do concurso público que seria lançado, contemplavam a possibilidade de um preço anormalmente baixo apenas a partir dos 20%. Na verdade, podiam estar a falar de um concurso que se disputava não por 750 mil euros, mas por 600 mil, porque atualmente a generalidade dos concorrentes apresentava preço baixo mais um. Podia não ser assim porque a estrutura era com muita quantidade de ferro, aquelas medições de ferro iam sempre orientar para a elaboração de um orçamento que se aproximava da estimativa de custo que estava presente, mas havia uma margem entre os 600 mil e os 750 mil euros, da mesma maneira que outro critério era a duração de execução da obra. -----

----- Eram levados à concorrência esses dois critérios de adjudicação e o júri diria depois qual era a proposta que considerava pertinente propor ao Executivo para que adjudicasse. -----

----- Tinha sido um processo lento e complexo, emocionante, muito formador da própria convicção a propósito da organização da administração pública portuguesa. Tinha já o parecer prévio ao nível do licenciamento urbanístico da CML assegurado, tinha quase todos os projetos de especialidade aprovados, faltava apenas a ANPC relativamente à segurança contra incêndios, mas era uma coisa menor e que não impactava nessas peças, era quase só um carimbo e que não obstava ao lançamento do concurso, mas tinha os pareceres mais diversos e referia um pitoresco: uma vez que existiam umas servidões do Aeroporto de Lisboa pela cidade fora, até a administração do Aeroporto tivera que se pronunciar a propósito da edificação desse pavilhão, o qual ficava vizinho de umas torres enormes. -----

----- Quando lhe disseram que tinha que ser consultada a administração do Aeroporto perguntara para quê e marcara-se uma reunião com os senhores para que explicassem isso. Tinha sido muito interessante, muito instrutiva, mas que deixava ver a complexidade de qualquer organização da administração pública que se prestasse a pôr uma pedra no terreno. Para si, enquanto experiência pessoal, tinha sido uma coisa absolutamente extraordinária. Tomara a liderança desse projeto em mãos, assegurara pessoalmente a micro gestão de todas essas etapas e tinha sido muito importante para a sua própria formação, mas engrossara as suas perplexidades a propósito da forma como o legislador, da falta de luz natural que provavelmente sucedia nos seus gabinetes, tanta vezes se equivocava a propósito daquilo que era verdadeiramente importante para as populações. -----

----- O concurso não era internacional, era apenas nacional e em princípio progrediria mais rapidamente do que o dos espaços verdes, a expectativa era que pudesse estar adjudicado num prazo muito breve e que a obra pudesse encontrar realidade no terreno num prazo razoavelmente curto. -----

----- **Membro Valdemar Salgado (PSD)** congratulou-se com a iniciativa, aproveitando para felicitar o clube que, pelos vistos, mais cedo ou mais tarde iria ter um pavilhão, o que tentara enquanto tinha sido Presidente de Junta do Campo Grande. Fora só dada a tela tencionada, que não servira para nada, embora tivessem uma indicação da Federação de que isso iria servir e, ao fim e ao cabo, depois disseram que não. -----

----- Ficava muito satisfeito com o desfecho dessa resolução. Lisboa teria mais um pavilhão e o Clube Fonseca e Calçada teria o seu pavilhão que tanto necessitava. -----

----- **Membro Francisco Bento (PSD)** disse que em relação ao Complexo Desportivo de Telheiras Sul o PSD saudava. Obviamente que as sociedades mudavam, as infraestruturas eram necessárias, era um clube inserido numa determinada região da Freguesia, de uma zona geográfica de Lisboa, que dava à sociedade local e em especial aos jovens daquele bairro e dos bairros limítrofes essas garantias de vitória e também de integração dos próprios jovens. -----

----- O PSD saudava essa iniciativa, também considerando que após a execução desse polidesportivo a própria Junta não só apoiasse esse clube, como também todos os outros que pudessem vir a utilizar essas infraestruturas, visto que se tinha de promover o desporto, se tinha que apoiar quem vencía e quem era persistente. -----

----- O Clube Fonseca e Calçada, desde que era autarca na Freguesia de Lisboa, era um daqueles que conhecia mais de perto, não só pelos seus dirigentes, mas também pela oportunidade que lhe deram de visitar várias vezes aquele bairro. Só tinha, não apenas em nome pessoal mas em nome do PSD, que dar os parabéns por conseguirem levar a bom porto esse projeto, esperando que obtivessem muitas vitórias. -----

----- **Membro Aquino de Noronha (PCP)** disse que o PCP também se congratulava com o facto da Freguesia passar a ter, que até ao momento não tinha, um pavilhão municipal, seria o primeiro. Utilizando uma linguagem simplista, em vez de uma tenda passaram a ter uma casa, do orçamento que era de 300 mil passavam talvez para 750 mil.-----

----- Em comparação com o ponto seguinte, do Clube do Râguebi, deveria haver o cuidado quando se fizesse o protocolo de utilização porque tinha que ficar salvaguardado como era em relação às outras modalidades, quem iria fazer a gestão, quem iria fazer a manutenção, quem iria pagar os custos. Pensava que no outro projeto isso estaria salvaguardado, esperava que também ficasse salvaguardado nesse novo pavilhão municipal.-----

----- Parecia-lhe que o pavilhão também poderia ser utilizado para outras modalidades, para além do futsal.-----

----- O PCP iria votar a favor.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais e respetiva repartição de encargos relativa à empreitada de edificação do Pavilhão Desportivo Municipal da Freguesia de Alvalade**, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por unanimidade.-----

----- **Ponto 6 – Apreciação, discussão e votação da proposta de contrato programa relativo à gestão do Complexo Desportivo Municipal de São João de Brito;**-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** pediu desculpa pela indelicadeza de não ter advertido antes do início da reunião, mas a Junta de Freguesia pretendia retirar a proposta, uma vez que se tinha comprometido com o Clube de Râguebi de São Miguel a levar à primeira Assembleia de Freguesia possível, para o clube poder começar a explorar algumas receitas publicitárias da fachada do equipamento, mas existia um artigo ainda em discussão relativo aos plafonds dos consumos de energia elétrica, água e gás, que o clube ainda não conseguira fechar uma posição internamente.-----

----- O que Junta se comprometera com o clube era que só tinham reunião de direção na véspera da Assembleia, mas o documento tinha que ser distribuído com a convocatória e isso seria feito, se a direção concordasse deliberava-se, se houvesse mais negociação a prosseguir teriam que adiar para outra sessão.-----

----- **Ponto 7 - Apreciação, discussão e votação da autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais e respetiva repartição de encargos para os anos de 2015, 2016 e 2017 relativamente ao procedimento para “Fornecimento de energia elétrica para as instalações da Freguesia de Alvalade” – Processo nº 11/AJ/JFA/15;**-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que era quase com vergonha que levava essa proposta à Assembleia de Freguesia, mas era com vergonha alheia, porque chegar a um ponto que a “jaula de ferro” que o Max Weber defendia no início do século anterior, em que se transformara a burocracia de ter que pedir autorização para contratar energia elétrica, era quase trágico, se não fosse um pouco cómico apesar de tudo.-----

----- Comprar energia elétrica ao abrigo do Código de Contratos Públicos era uma verdadeira aventura. Prestara-se aos episódios mais pitorescos que deixaria para as suas memórias.-----

----- O que estava em causa era poder pagar a conta da luz, nos termos do programa que já fora anunciado que fariam por adesão ao acordo quadro da Central de Compras Eletrónica da Área Metropolitana de Lisboa. Na esteira da Junta, o próprio Município de Lisboa decidira a mesma metodologia de aquisição de energia elétrica para os equipamentos municipais, donde até do ponto de vista da contratação pública a Freguesia de Alvalade ia fazendo alguma escola.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais e respetiva repartição de encargos para os anos de 2015, 2016 e 2017 relativamente ao procedimento para “Fornecimento de energia elétrica para as instalações da Freguesia de Alvalade**, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por maioria, com 18 votos a favor e 1 abstenção (BE). -----

----- **Ponto 8 – Apreciação, discussão e votação do pedido de adoção das Taxas Previstas no Regulamento Municipal nº 569-A/2014 e na Tabela de Taxas Municipais de 2015, até à aprovação e entrada em vigor do Regulamento de Taxas da Freguesia de Alvalade;** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** referiu que essa deliberação era em tudo idêntica a uma deliberação tomada no ano anterior para a Tabela de Taxas de 2014 e o Regulamento Municipal à data em vigor. Portanto, era só no sentido de fazer a atualização para as mesmas taxas no ano 2015. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **adoção das Taxas Previstas no Regulamento Municipal nº 569-A/2014 e na Tabela de Taxas Municipais de 2015, até à aprovação e entrada em vigor do Regulamento de Taxas da Freguesia de Alvalade**, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por unanimidade. -----

----- **Ponto 9 – Apreciação, discussão e votação da autorização para a celebração de contrato de delegação de competências da Câmara Municipal de Lisboa na Junta de Freguesia de Alvalade, no âmbito de obras de repavimentação a executar na Rua Alberto de Oliveira;** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que esse protocolo de delegação de competências enquadrava-se numa estratégia que o Município estava a desenvolver com as Juntas de Freguesia, no sentido de permitir uma execução mais célere do plano de repavimentação da cidade, que incluía todas as prioridades que a Junta de Freguesia identificara junto do Município para a repavimentação de arruamentos em grave estado de degradação no contexto da Freguesia. Todavia, a calendarização da Rua Alberto de Oliveira estava para o segundo semestre de 2016 porque a avaliação que tinha sido feita pelos serviços municipais tinha sido imediatamente subsequente a uma intervenção de tapa-buracos nesse arruamento, donde a priorização acabara por sair viciada por essa circunstância e a Junta de Freguesia, identificando que a Rua Alberto de Oliveira se encontrava num avançadíssimo estado de degradação em termos do seu pavimento, solicitara ao Senhor Vereador Jorge Máximo que tivesse a gentileza de delegar na Junta de Freguesia a competência para a execução dessa repavimentação, sendo que a Junta só seria ressarcida dessa obra de pequena monta, cerca de dez mil euros, no Orçamento de 2016, porquanto era nesse Orçamento que a Câmara de Lisboa tencionava fazer a repavimentação. -----

----- Tratava-se de uma espécie de adiantamento que a Junta proporcionava, por ser esse o relevantíssimo interesse público das populações que viviam no Bairro das Caixas, no sentido de permitir que essa rua, que era de atravessamento e que servia o Palácio dos Coruchéus e o complexo de ateliers em volta, pudesse ser repavimentada antes daquilo que era a calendarização prevista. -----

----- **Membro José Correia (CDS-PP)** disse esperar que a Junta tivesse em atenção, para não acontecer o que acontecera uns anos antes na repavimentação da Afonso Lopes Vieira, que o pavimento ficara mais alto em relação à Fernando Pessoa, se acontecesse também o mesmo a montante da Fernando Pessoa seria um lago. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que tivesse a Junta de Freguesia na altura tido essa atenção. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **autorização para a celebração de contrato de delegação de competências da Câmara Municipal de Lisboa na Junta de Freguesia de Alvalade, no âmbito de obras de repavimentação a executar na Rua Alberto de Oliveira**, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por unanimidade. -----

----- **Ponto 10 – Apreciação, discussão e votação da autorização para adesão à Associação “Rede para o Desenvolvimento Local de Base Comunitária em Lisboa”**; -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** explicou que era uma associação dinamizada pelo Município de Lisboa em conjunto com organizações não governamentais e outras instituições do terceiro setor, no sentido de construir as soluções que permitissem aproveitar ao máximo aqueles fundos da Estratégia 20/20 que eram admissíveis para a tão depauperada Região de Lisboa e Vale do Tejo. Eram essencialmente direcionadas para intervenções de âmbito imaterial, mas para o desenvolvimento comunitário de base local existiam fundos importantes que deviam ser capitalizados. -----

----- Não queria que a Freguesia de Alvalade e o seu território ficassem de fora da atração desse tipo de fundos, que podiam ser muito importantes para projetos próximos. Podia dar o exemplo do Programa BIP/ZIP, que animara um conjunto de bairros de intervenção prioritária no território da Cidade de Lisboa. Era por isso que se pedia autorização para aderir a essa organização do ponto de vista formal, sendo certo que porventura ultrapassando aquelas que eram as competências e fazendo vénia à Assembleia de Freguesia, já tinham ido informalmente e como observadores participando nos seus trabalhos, quer do ponto de vista do plenário, quer do ponto de vista da comissão instaladora, para a qual a Senhora Vereadora Paula Marques tivera a gentileza de desafiar a Junta de Freguesia de Alvalade. -----

----- Tratava-se tão só de autorizarem a aderir aos estatutos que estavam em anexo à proposta. -----

----- **Membro Manuela Santos (PSD)** perguntou, no âmbito dos projetos BIP/ZIP, tendo o senhor Presidente da Junta falado na Vereadora Paula Marques e da Junta estar como observadora, se já havia algum projeto passível de ser integrado na rede BIP/ZIP e, se sim, em que áreas Obviamente, sabendo que o projeto BIP/ZIP não era um instrumento das Juntas mas patrocinado pelas Juntas com grupos de moradores e com interesses que pudessem ser patrocinados. -----

----- **Membro Joana Medeiro (PS)** disse que a bancada do PS prestava o seu apoio de adesão à solução Rede Para o Desenvolvimento Local de Base Comunitária em Lisboa, como resposta ao elevado desemprego e índices de pobreza. Se ajudassem as comunidades locais a saírem da crise económica vigente, considerava de todo benéfico o aproveitamento desses fundos comunitários. -----

----- Esses fundos iriam com certeza permitir intervenções ao nível social, educacional, de investigação, de promoção do emprego, da saúde e até da diversidade cultural, conduzindo naturalmente ao crescimento das organizações da Freguesia. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** agradeceu as palavras do PS. Era essa a visão a propósito desse tipo de redes de desenvolvimento local. Pela primeira vez no ano anterior a Junta tinha concorrido a projetos em todas as zonas de intervenção prioritária e bairros de intervenção prioritária no território da Freguesia de Alvalade, que era o Bairro Fonsecas e Calçada/Quinta dos Barros, o Bairro das Murtas e a zona do Pote de Água/Bairro de São João de Brito. Tiveram parceiros diferentes em todas, por um lado o Centro Social e Paroquial do Campo Grande ao nível das Murtas, quer outras organizações como o próprio Clube Fonsecas e Calçada no seu projeto social ao nível

do Bairro Fonecas e Calçada e a QUERCUS ao nível do Bairro São João de Brito, que era um projeto de intervenção verde naquela zona. -----

---- Não tinham ganho nenhum, ficando indignados com isso, o que se manifestara imediatamente. Aliás, era tão volumoso o número de candidaturas no programa BIP/ZIP que era muito difícil disputar financiamento nessa área. Continuariam e esperava que a indignação do ano anterior surtisse feitos na disputa do ano corrente, porém reforçada por esses fundos comunitários que a rede pretendia atrair. -----

---- **Membro Manuela Santos (PSD)** disse que até podia ser uma coisa boa, no sentido de não serem zonas prioritárias. -----

---- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **autorização para adesão à Associação “Rede para o Desenvolvimento Local de Base Comunitária em Lisboa”**, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por unanimidade. -----

---- **Ponto 11 – Apreciação, discussão e votação para celebração de Protocolo com o LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil:**-----

---- **O Senhor Presidente da Junta** esclareceu que esse protocolo se enquadrava no âmbito do contrato de delegação de competências com o Município de Lisboa, que já fora aprovado na Assembleia de Freguesia. Era propósito do Município delegar na Freguesia, no âmbito dessas tarefas que incumbira à Junta e que a Junta aceitara, no sentido de contribuir para apurar a qualidade dos produtos hortícolas que eram produzidos em contexto urbano, designadamente por estarem num território especialmente agredido pela Segunda Circular e pelo Aeroporto da Portela, havendo dúvidas sérias sobre a qualidade dos produtos que as hortas urbanas produziam. -----

---- Com as verbas provenientes desse contrato de delegação de competências cabia celebrar esse contrato com o LNEC para que o LNEC promovesse os estudos necessários a esse apuramento. -----

---- Existiam alguns pontos fora da Freguesia que também iriam ser estudados, pela razão de ter que haver pontos de comparação territorial relativamente aos territórios da Freguesia, que eram territórios chave do ponto de vista dessas hortas. -----

---- Era nesse sentido que a autorização ia à Assembleia de Freguesia. Tinha o custo identificado, que cabia dentro dos montantes apurados no contrato de delegação de competências, e parecia acima de tudo uma contribuição interessante que se podia dar a uma política que estava a ser transversal na Cidade de Lisboa e noutras, mas relativamente à qual tinham surgido nos últimos tempos algumas dúvidas do ponto de vista da qualidade alimentar dos produtos produzidos nessas hortas. -----

---- **Membro Diogo Carvalheda (PS)** disse que era com agrado que a bancada do PS via a implementação dessa medida, que permitia mais uma vez à Freguesia de Alvalade ser pioneira na capacidade de garantir aos seus fregueses a produção de alimentos em condições de saúde pública exigíveis. -----

---- **Membro Manuela Santos (PSD)** solicitou ao Senhor Presidente da Junta que informasse, relativamente a esse protocolo do LNEC, se aquilo que ia acontecer eram consultorias qualificadas do LNEC em relação a projetos da Freguesia. visto que o Senhor Presidente tinha dito que havia uma abrangência maior do que a própria Junta de Freguesia. -----

---- Saber também se no cabimento desse protocolo se iria inserir, eventualmente, alguma elaboração de projetos mesmo, não só de consultoria sobre projetos existentes ou a requalificar, mas de novos projetos e se competiria ou não ao LNEC. -----

---- **O Senhor Presidente da Junta** recordou que essa dimensão do contrato de delegação de competências concatenava-se com várias outras dimensões do mesmo protocolo, designadamente uma intervenção de requalificação de um corredor verde

junto ao muro do LNEC, paralelo à Rua das Murtas, que incluía novos espaços de horta urbana que eram feitos também ao abrigo do contrato de delegação de competências. Esse projeto ainda estava em desenvolvimento, ainda não se conheciam exatamente os seus contornos do ponto de vista do projeto de execução mas comportava hortas urbanas. -----

----- Por outro lado, o LNEC já tinha hortas urbanas dentro do seu território. Portanto, o conjunto dos projetos que iam participar das colheitas, umas seriam feitas imediatamente nas hortas que o LNEC já tinha, dinamizadas pelos próprios trabalhadores, e futuramente seriam acrescentados espaços de novas hortas no âmbito da execução que estava prevista no contrato de delegação de competências. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **celebração de Protocolo com o LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 12 votos a favor (PS, BE, CDS-PP e 2 PSD) e 6 abstenções (PCP e 4 PSD). -----

----- **Ponto 12 – Apreciação, discussão e votação da autorização de celebração de Protocolo com o Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa;** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que esse protocolo era próximo de outros que tinham celebrado com outras organizações da academia portuguesa, designadamente a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, o Instituto Superior de Economia e Gestão, que o Senhor Presidente da Assembleia tão bem representava com o pin que tinha na lapela e a quem podia dizer, para acompanhar o entusiasmo que expressara no momento em que se aprovara esse protocolo, que estava convencido que ele produziria a primeira tese de mestrado sobre circuitos de recolha de papeleiras na Freguesia de Alvalade. Era mais um contributo que davam à ciência, ao saber e ao desenvolvimento das parcerias entre a academia, a administração pública e a sociedade civil, que pareciam de grande valor. -----

----- No âmbito da geografia e do ordenamento do território existiam muitas formações nessa organização, existiam muitos alunos que tinham que realizar estágios curriculares no âmbito das suas formações, procuravam instituições de acolhimento e a Junta de Freguesia promovia esse acolhimento de estagiários. Tinha-o feito ao nível de alguns estagiários de formação inicial e formação avançada da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, designadamente no setor da comunicação, o que fora um extraordinário sucesso e era daí que nascera o *facebook* da Junta de Freguesia que estava com grande dinâmica, daí nascera a revista “Alvalade”. -----

----- Tencionava-se aprofundar essas dinâmicas, em especial para a Assembleia de Freguesia de Junho teria gosto em levar alguns protocolos orientados especificamente para a realização de estágios de verão, que eram épocas especialmente atraentes para os estudantes, que estavam nas suas pausas letivas e assim conseguiam ter um contacto com a realidade de desempenho de trabalho. Portanto, era uma política que continuariam a acarinhar. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **autorização de celebração de Protocolo com o Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 13 votos a favor (PS, BE, CDS-PP e 3 PSD) e 6 abstenções (PCP e 3 PSD). -----

----- **Ponto 13 – Apreciação, discussão e votação da proposta de designação do auditor externo responsável pela certificação legal de contas, nos termos do n.º 1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que nunca esperaria que chegassem ao último ponto da ordem de trabalhos, pelo que felicitava o Senhor Presidente da Assembleia pela magistral forma como conduziu os trabalhos e cumprimentava todos os Membros pelo esforço e pela energia. Achava, aliás, que acabariam a Assembleia mais cedo do que acabaram outras com menos pontos na ordem de trabalhos, o que significava aproximarem-se do ritmo que a complexidade da gestão de uma organização com a dimensão da Freguesia de Alvalade exigia. -----

----- Só por uma questão de humor em relação à votação anterior, dizer que o surpreendia um pouco, e desculpassem a provocação que era exclusivamente humorística, que criticassem a Junta quando só apresentava programas de estágio da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, como sucedera no passado, e que se abstivessem quando eram apresentados protocolos de estágio com organizações da Cidade de Lisboa. Ficava sem saber quando estariam bem nessa política de estágios com as entidades da academia. Faria o maior esforço para levar uma com o ISCTE, a ver se era dessa que se conseguia obter um acolhimento mais transversal das restantes forças políticas representadas na Assembleia, o que muito ansiava. -----

----- Entrando no ponto em discussão, era mais um “tesourinho” da legislação que regia a administração pública portuguesa. O legislador entendia desde o final de 2013 que as autarquias locais, que era a expressão utilizada porque o legislador desconhecia que a expressão “autarquias locais”, à luz daquilo que fora a opção do legislador constituinte em 1976, designava simultaneamente as freguesias, os municípios e as regiões autónomas, insistia depois em não distinguir no restante articulado que claramente só estava a falar para municípios. Sucederam assim na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, sucedia assim na Lei das Finanças Locais, mas o que era certo era que o legislador dizia, quando se passara por força da aprovação da Conta realizada no início da Assembleia, ultrapassando o montante da execução de 1,7 milhões de euros de receita e passavam a estar no regime da contabilidade patrimonial, donde tinham que ter certificação legal de Contas. -----

----- Consultaram-se três entidades para propor a Junta de Freguesia com base num quadro comparativo em termos de concorrência. Surpreendera que todas apresentassem preços muito próximos e estimava-se que a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas continuasse a conseguir de alguma maneira assegurar que os preços praticados pelos seus membros mantinham alguma equivalência entre si. Não era da responsabilidade da Junta tratar disso, era da Autoridade da Concorrência. -----

----- A proposta que se fazia à Assembleia de Freguesia era que designasse o revisor oficial de contas que tinha apresentado a proposta mais baixa em termos de valor, porque era da competência da Assembleia de Freguesia, sob proposta do Executivo. Não dizia Assembleia de Freguesia, dizia órgão deliberativo porque estava a falar das entidades autarquias locais e era o órgão deliberativo que tinha o poder de designar, ainda que sob proposta do órgão executivo. -----

----- Haveria a apresentação de um relatório semestral da execução em junho e um outro no final do ano, depois a certificação legal da Conta de 2015, que era apresentada em abril de 2016. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **proposta de designação do auditor externo responsável pela certificação legal de contas**, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por maioria, com 13 votos a favor (PS, PCP, CDS-PP e 2 PSD) e 5 abstenções (4 PSD e BE). -----

----- **Membro João Morais (BE)** solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia que reavaliasse a decisão sobre não discutir os dois documentos apresentados pelo BE. Era

um assunto do interesse da Freguesia e por isso solicitava ao Senhor Presidente que reavaliasse a sua decisão. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que, à luz do Regimento, cada grupo podia apresentar moções e recomendações no período de antes da ordem do dia. Conforme tinha dito, havia dois problemas relativamente aos dois papéis apresentados. Aquele que chamava de moção não era uma moção, no limite poderia dar aso a uma proposta inserida no ponto da ordem de trabalhos relacionado com a matéria focada no documento. Tinha dado o ensejo de fazer as duas coisas, ou por via complementar transmitir à Junta, do mesmo modo que outros assuntos tratados nesse ponto, concretamente a Revisão ao Orçamento, de fazer chegar a sua proposta e de alguma forma negociar com a Junta de Freguesia a sua inclusão, mas não o fizera, ou apresentar formalmente esse papel na forma de proposta, o que não fizera. -----

----- Tinha dado essa oportunidade no tempo certo e o Membro João Morais não o quisera fazer. Isso em relação ao papel que erradamente estava intitulado como moção. -

----- Relativamente à recomendação, o Regimento dizia que recomendações e moções podiam entrar no período de antes da ordem do dia. Tinha sido discutida e votada uma moção apresentada pelo PCP e apesar de só ter tido conhecimento desses papéis um pouco mais tarde, ficava surpreendido por no período de antes da ordem do dia, onde supostamente esse papel deveria ter sido apreciado, não ter ouvido da parte do Membro João Morais qualquer reparo sobre a matéria. -----

----- **Membro João Morais (BE)** disse que tinha feito o reparo a quem tinha rececionado o seu e-mail. Da parte do BE tinham sido cumpridos os termos regimentais.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que soubera entretanto que fizeram chegar no tempo certo mas o encaminhamento não fora o devido, pelo que pedia que prestassem um pouco mais de atenção ao encaminhamento certo. Pelos vistos não tinha sido o encaminhamento mais adequado, ou teria chegado na altura certa. -----

----- Dito isso, punha à consideração da Assembleia se aceitava apreciar a recomendação que deveria ter sido apreciada no período antes da ordem do dia. -----

----- Obtido o consentimento da Assembleia, convidou o Membro João Morais a fazer a apresentação da recomendação. -----

----- **Membro João Morais (BE)** apresentou a seguinte recomendação: -----

#### Recomendação

“-----*PLURALISMO NA REVISTA DA FREGUESIA DE ALVALADE*-----

----- *A Revista da Freguesia de Alvalade é uma publicação periódica que publicita as atividades que se vão desenvolvendo na freguesia, constituindo um veículo privilegiado de comunicação com os cidadãos da freguesia que entenderam eleger para a Assembleia de Freguesia várias forças políticas para os representarem. Como publicação periódica da Freguesia de Alvalade deve reflectir a sua composição política plural, em respeito pelos princípios gerais de Direito, do regime constitucional da liberdade de expressão e demais direitos fundamentais.*-----

----- *Em 24 de Setembro de 2008, a Entidade Reguladora para a Comunicação Social aprovou a Directiva 1/2008, sobre as publicações periódicas autárquicas, onde se refere, no ponto nº 8, que “Tratando-se de publicações de titularidade pública e sujeitas ao respeito pelo princípio do pluralismo, encontram-se obrigadas a veicular a expressão das diferentes forças e sensibilidades políticas que integram os órgãos autárquicos”. A directiva salienta também, no ponto nº 9, a necessidade de adopção de mecanismos de participação pública, em particular, dos municípios, assim como das associações e outras instituições locais.*-----

----- *Considerando o direito de participação consagrado na Lei nº 24/98, de 26 de Maio, que aprovou o Estatuto do Direito de Oposição, e tendo em conta a necessidade*

*de fazer cumprir as directrizes consagradas na Directiva 1/2008, de 24 de Setembro, da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, a revista da freguesia deveria incluir nas suas edições as opiniões das diversas forças políticas que compõem a Assembleia de Freguesia.* -----

----- Assim, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, nos termos regimentais aplicáveis, recomenda o seguinte: -----

----- Recomendar À Junta de Freguesia que nas edições da Revista da Freguesia de Alvalade seja garantida a pluralidade política, consagrando um espaço onde as forças políticas presentes na Assembleia de Freguesia possam expressar a sua opinião. -----

----- O membro do Bloco de Esquerda - João Luís Morais. ” -----

----- **Membro Manuela Santos (PSD)** disse que tinha lido com alguma atenção o documento e gostaria de se pronunciar sobre ele, mas com o tempo disponível não era possível. Precisava de pensar sobre ele, precisava de olhar para a legislação e ver com mais cuidado a própria publicação, perceber se ela se inseria nesse contexto legal ou, sendo uma publicação de índole autárquico, se tinha outras componentes. -----

----- Do ponto de vista do PSD considerava a legitimidade de a propor, mas considerava não haver condições para a discutir e não gostaria de deixar passar sem discussão. -----

----- **Membro Aquino de Noronha (PCP)** disse que no PCP também não estavam em condições de verificar os artigos que eram citados. No entanto, a recomendação ia no sentido da revista da Freguesia poder proporcionar uma voz a todos os partidos representados. Como recomendação e em nome do pluralismo, o PCP aceitava a recomendação, embora não estivesse também em condições de pronunciar sobre aquilo que ali estava estipulado. -----

----- **Membro Mário Branco (PS)** disse que o PS concordava que de facto não havia espaço a reflexão e essa devia ser feita. No entanto, desconhecia outras publicações do género em que houvesse essa possibilidade. Não sabia se alguém conhecia, mas sempre tinha conhecido esse tipo de publicação como uma forma de publicitar o que se fazia na Freguesia e não um jornal propriamente, onde todos os partidos expressavam a sua opinião política. -----

----- **Membro José Correia (CDS-PP)** referiu que existia uma Junta de Freguesia na Cidade de Lisboa que tinha uma página da Assembleia de Freguesia, onde eram refletidas as opiniões dos diversos partidos. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que era um tema interessante até do ponto de vista jurídico. O tema do direito de oposição tinha ocupado algum do seu estudo e não estava completamente ciente, aliás o Executivo nem tinha esse documento. Acompanhava a intervenção da Membro Manuela Santos, porque deviam aprofundar. --

----- Não tinha nada a obstar em princípio ao pluralismo. Aliás, a leitura da revista era absolutamente clara em que havia uma tentativa muito intensa de despartidarizar o seu conteúdo, de tornar a comunicação ligeira e não excessivamente carregada da própria natureza da entidade que comunicava e, portanto, do ponto de vista comunicacional seria mais ou menos evidente por todas as forças políticas que o objeto da comunicação nesse suporte não era o boletim tradicional de uma Junta de Freguesia, que era tratado normalmente noutros termos. -----

----- O Executivo não tinha problema nenhum em aprofundar esse tema e vir a alterar a sua política de comunicação a esse nível, para aquela que até tinha sido uma posição tradicional do PS quando era Membro da Assembleia de Freguesia do Campo Grande, em que se pugnara durante muito tempo, sem sucesso, para que viesse a ser consagrado aquilo que o BE agora propunha. Portanto, em tese estava de acordo com o princípio e disponível para aprofundar esse conhecimento. -----

----- Havia uma coisa que o afligia na discussão que se fizera e em defesa dos serviços que chefiava queria dizer duas coisas: -----

----- Em primeiro lugar, confiava inteiramente no controle do expediente que era feito diariamente pela Divisão Administrativa, em particular pela subunidade orgânica de serviços gerais. No dia seguinte iria pedir uma verificação ao que teria ocorrido do ponto de vista do recebimento do expediente. -----

----- Uma nota que deixava era que os Membros que quisessem comunicar com o e-mail institucional com o propósito de enviar um documento que pretendiam ver discutido numa Assembleia, que tivessem pelo menos a diligência de mandar um e-mail com recibo de leitura. -----

----- Em segundo lugar, se verificavam que até ao momento de iniciar a Assembleia de Freguesia os serviços não procederam à distribuição do referido documento, o mínimo de diligência no exercício de um cargo público seria o de procurar por outra via certificar que o documento tinha sido recebido e efetivamente distribuído. Isso era o mínimo que se exigia a cada um, porque a Junta de Freguesia, quando a Assembleia de Freguesia manifestara que a maior parte dos documentos iam para o *spam*, logo definira uma estratégia para procurar advertir todos os utilizadores de e-mail que recebiam doutro endereço de e-mail distinto um alerta para consultarem o seu *spam*. -----

----- Tinha-se feito um esforço muito intenso para melhorar a comunicação com os Membros da Assembleia de Freguesia, enviar a documentação sob formatos aceitáveis, tentar dar uma margem de tempo para a consulta de documentos que eram extensos e complexos, disponibilizar em papel a quem solicitava em papel os exemplares, a quem não utilizava internet fazer chegar ao seu próprio domicílio a documentação. Tinha-se feito um esforço imenso para que a relação entre o Executivo e a Assembleia de Freguesia fosse perfeitamente curial e surpreendia que ainda houvesse forças políticas que não tivessem uma diligência recíproca nesse sentido e pior, que se justificassem quando interpelados pelo Presidente da Assembleia de Freguesia sobre o PAOD, que era o ponto próprio do Regimento para interpelar, deixassem de interpelar o Presidente da Mesa e se justificassem com a senhora que mandava os e-mails. -----

----- Do ponto de vista do funcionamento de uma organização com essa dimensão e com o esforço que o Executivo estava a realizar, parecia uma coisa trágica. -----

----- **Membro João Morais (BE)** disse que o BE tinha feito a diligência que o Senhor Presidente da Junta falara, saber se os serviços tinham recebido os textos, e fora indicado que sim. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** perguntou por quem, a que horas, tudo isso era essencial. -----

----- **Membro João Morais (BE)** disse que tinha sido enviado na segunda-feira e na véspera da Assembleia tinha-se, por via telefónica, feito o pedido de confirmação da receção. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que, dito isso e face às dúvidas que tinham sido manifestadas pelos diferentes grupos e às dúvidas legítimas que no seu próprio caso tinha, porque não refletira o suficiente sobre o assunto, embora o princípio fosse legítimo e parecia-lhe que consensual, a questão era como se traduziria e quais seriam as normas legais, quais as práticas comparáveis. Não tinha havido tempo da parte de ninguém, isso fora expresso por todos os grupos, para se poder ter uma reflexão e alguma indagação sobre a matéria. -----

----- Face a essas dúvidas, perguntava ao Membro João Morais se queria manter a recomendação ou se a queria voltar a colocar na próxima Assembleia. -----

----- **Membro João Morais (BE)** disse que se os Membros da Assembleia não estavam suficientemente esclarecidos em relação ao enquadramento legal dessa questão, dado o

interesse e a relevância da questão, podia ser dada a possibilidade desse tempo para os Membros refletirem sobre o assunto e a recomendação ser colocada à votação na próxima Assembleia de Freguesia. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** submeteu à votação a **Ata em Minuta** referente à presente reunião, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**. -----

----- Concluída a ordem de trabalhos, deu por encerrada a reunião, eram zero horas e trinta minutos do dia nove de abril de 2015. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1.º SECRETÁRIO \_\_\_\_\_ 2.º SECRETÁRIO \_\_\_\_\_ -

-----O PRESIDENTE -----